



Portugal Telecom

Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2005

Lisboa, 2 de Novembro de 2005 – A Portugal Telecom divulgou hoje os resultados não auditados relativos aos primeiros nove meses de 2005.

Nos primeiros nove meses de 2005, os proveitos operacionais totalizaram 4.664 milhões de euros. O resultado operacional antes de amortizações (EBITDA) foi de 1.743 milhões de euros, equivalente a uma margem de 37,4%. O EBITDA menos Capex totalizou 1.161 milhões de euros. O resultado líquido nos primeiros nove meses de 2005 foi de 319 milhões de euros. Excluindo o impacto dos custos decorrentes do programa de redução de efectivos, o resultado líquido teria sido de 503 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005. A dívida líquida atingiu 3.887 milhões de euros no final de Setembro de 2005, sendo que este valor inclui 300 milhões de euros relativos a uma contribuição extraordinária para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após reforma.

Os resultados não auditados da PT foram preparados de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) desde 1 de Janeiro de 2005. A informação financeira de períodos anteriores foi reajustada de acordo com os IFRS de forma a permitir uma correcta comparação.

A Portugal Telecom anunciou hoje que a sua Comissão Executiva irá propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas a aprovação de uma distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2005, no valor de 0,385 euros por acção, sujeita às condições de mercado e à situação financeira da empresa nessa data. O dividendo relativo ao exercício de 2005 de 0,385 euros por acção representa um aumento de 10% face ao dividendo distribuído no ano anterior.

Tabela 1 – Destaques Financeiros Consolidados

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Proveitos operacionais	1,639.6	1,525.7	7.5%	4.6%	4,663.8	4,406.9	5.8%
Custos oper. recorr., excl. amortizações	1,045.4	921.2	13.5%	1.6%	2,920.9	2,636.2	10.8%
EBITDA ⁽¹⁾	594.2	604.6	(1.7%)	10.1%	1,742.9	1,770.6	(1.6%)
Resultado operacional recorrente	329.6	370.8	(11.1%)	18.1%	984.5	1,075.8	(8.5%)
Resultado líquido	59.6	155.1	(61.5%)	(29.5%)	318.6	540.7	(41.1%)
Resultado líquido, excl. cust. red. efectivos	173.6	188.3	(7.8%)	20.8%	502.7	576.8	(12.8%)
Capex	213.8	172.9	23.6%	6.1%	582.0	406.3	43.2%
Capex em % dos proveitos operacionais	13.0	11.3	1.7pp	0.2pp	12.5	9.2	3.3pp
EBITDA menos Capex	380.4	431.7	(11.9%)	12.5%	1,160.9	1,364.3	(14.9%)
Dívida líquida	3,887.5	3,505.1	10.9%	(8.6%)	3,887.5	3,505.1	10.9%
Margem EBITDA ⁽²⁾ (%)	36.2	39.6	(3.4pp)	1.8pp	37.4	40.2	(2.8pp)
Dívida líquida / EBITDA (x)	1.6	1.4	0.2x	(0.3x)	1.7	1.5	0.2x
EBITDA / juros líquidos (x)	8.3	12.0	(3.7x)	(0.3x)	9.3	12.1	(2.8x)

(1) EBITDA = resultado operacional recorrente + amortizações.

(2) Margem EBITDA = EBITDA / proveitos operacionais.

1. DESTAQUES FINANCEIROS

Os **proveitos operacionais** aumentaram 5,8% nos primeiros nove meses de 2005 face aos primeiros nove meses de 2004, para 4.664 milhões de euros, impulsionados pela Vivo e PTM.

Os **proveitos operacionais dos negócios em Portugal** (rede fixa, TMN e PT Multimedia) diminuíram 0,9% nos primeiros nove meses de 2005, face ao período homólogo de 2004, com o crescimento na PTM e na TMN a compensar em 31 milhões de euros o decréscimo nas receitas de rede fixa de 60 milhões de euros.

As **receitas de retalho em Portugal** (rede fixa, TV por subscrição e banda larga) mantiveram-se estáveis nos 1.373 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, com o forte crescimento das receitas de banda larga e de TV por subscrição a compensar a redução das receitas de tráfego na rede fixa, as quais foram influenciadas negativamente pelos decréscimos do volume de tráfego e das tarifas de interligação.

As **receitas de retalho líquidas da rede fixa**, ou seja, as receitas de retalho da rede fixa deduzidas dos correspondentes custos de telecomunicações, aumentaram 1,9% nos primeiros nove meses de 2005 face ao período homólogo, para 870 milhões de euros, em resultado do forte crescimento do ADSL e dos novos planos de preços.

O **EBITDA** foi de 1.743 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, um decréscimo de 1,6%, face a igual período de 2004, e equivalente a uma margem de 37,4%.

O **EBITDA dos negócios em Portugal** decresceu 1,2% nos primeiros nove meses de 2005, face aos primeiros nove meses de 2004, devido à redução do EBITDA da TMN, que compensou o crescimento na rede fixa e na PTM.

O **resultado operacional recorrente** diminuiu 8,5% nos primeiros nove meses de 2005, para 984 milhões de euros, equivalente a uma margem operacional de 21,1%, principalmente em resultado do aumento das amortizações de activos intangíveis no Brasil, referente à alocação de goodwill gerado nas recentes ofertas públicas de aquisição das subsidiárias da Vivo.

O **resultado líquido** totalizou 319 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, em comparação com 541 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004, representando um decréscimo de 41,1%, em resultado, essencialmente, do aumento dos custos decorrentes do programa de redução de efectivos, os quais ascenderam a 254 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005. Excluindo o impacto destes custos, o resultado líquido teria sido de 503 milhões de euros.

O **investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo (capex)** aumentou 43,2% nos primeiros nove meses de 2005, para 582 milhões de euros, equivalente a 12,5% dos proveitos operacionais, em resultado do aumento dos investimentos efectuados em banda larga e 3G em Portugal, do investimento num quinto transponder no negócio de TV por subscrição, e dos investimentos em 1xRTT e EV-DO na Vivo no Brasil.

O **EBITDA menos Capex** decresceu 14,9%, para 1.161 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2005, equivalente a 24,9% dos proveitos operacionais. Aproximadamente 90% do EBITDA menos Capex foi gerado pelos negócios em Portugal (rede fixa, TMN e PT Multimedia).

O **Free cash flow** diminuiu para 693 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005 de 835 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004, principalmente em resultado do decréscimo do EBITDA

menos Capex e de um investimento mais elevado em fundo de maneio, essencialmente devido ao decréscimo das dívidas a fornecedores tanto em Portugal como no Brasil.

A dívida líquida era de 3.887 milhões de euros no final dos primeiros nove meses de 2005, um aumento de 356 milhões de euros face ao final de 2004, em resultado principalmente da contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após reforma, do efeito de 122 milhões de euros da conversão cambial da dívida em dólares e em reais, e da remuneração accionista distribuída no período, que mais que compensou o free cash flow gerado no período.

A PT emitiu 2 mil milhões de euros de Eurobonds nos primeiros nove meses de 2005, 1,5 mil milhões de euros em 24 de Março de 2005, com maturidades de 7 anos (mil milhões de euros) e 12 anos (500 milhões de euros), e mais 500 milhões de euros em 16 de Junho de 2005, com maturidade de 20 anos, como parte do refinanciamento do seu balanço. Em Fevereiro de 2005, a PT utilizou dois empréstimos de 250 milhões de euros com maturidade de 10 anos contratados com o Banco Europeu de Investimento. Adicionalmente, a maturidade de determinadas linhas de crédito disponíveis, que totalizam 750 milhões de euros, foi prolongada por mais dois anos. O custo da dívida da PT (excluindo a dívida brasileira) foi de 4,5% e a maturidade da dívida da PT (excluindo a dívida brasileira) aumentou para 10,2 anos. Considerando a dívida brasileira, o custo da dívida consolidada da PT foi de 6,4%, e a maturidade da dívida aumentou para 9,4 anos.

A alienação de investimentos financeiros durante Agosto de 2005 gerou um encaixe de 174 milhões de euros, relativos à venda da Lusomundo Serviços (a qual detém 80,91% da Lusomundo Media) à Olivedesportos, e irá gerar um encaixe de 231 milhões de reais relativos à venda da PrimeSys à Embratel, a qual ainda não foi concluída. A alienação da PrimeSys, que já foi considerada uma operação descontinuada nas demonstrações financeiras consolidadas nos primeiros nove meses de 2005, irá resultar na redução dos custos com alugueres de circuitos, os quais, no final do ano de 2004, totalizaram 78 milhões de reais.

A exposição líquida (activo menos passivo) ao Brasil ascendeu a 7.636 milhões de reais, ou 2.859 milhões de euros à taxa de câmbio euro/real de 30 de Setembro de 2005. A esta data, os activos denominados em reais no balanço consolidado da PT representavam aproximadamente 35% do total do activo, e a proporção da PT na dívida líquida da Vivo ascendeu a 594 milhões de euros em 30 de Setembro de 2005.

Na sequência do programa de share buyback de 10%, a PT cancelou 7% do seu capital social no final de 2004, reduzindo assim o seu capital social total para 1.166.485.050 euros. Adicionalmente, a PT adquiriu 37.628.550 acções da PT, equivalentes a 3,0% do seu capital social anterior ao cancelamento de 7,0%, completando assim o programa de share buyback de 10% anunciado em Setembro de 2003. A PT tem estado a executar os 3% de share buyback aprovados na Assembleia Geral de Accionistas de Abril de 2005.

A Portugal Telecom anunciou hoje que a sua Comissão Executiva irá propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas a aprovação de uma **distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2005, no valor de 0,385 euros por acção**, sujeita às condições de mercado e à situação financeira da empresa nessa data. O dividendo relativo ao exercício de 2005 de 0,385 euros por acção representa um aumento de 10% face ao dividendo distribuído no ano anterior.

2. DESTAQUES OPERACIONAIS

Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Operacional (Key Performance Indicators – KPI)

	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Base de clientes (mil)							
Rede fixa	4,471	4,312	3.7%	0.6%	4,471	4,312	3.7%
Móvel	34,055	29,586	15.1%	1.5%	34,055	29,586	15.1%
TV por subscrição ⁽¹⁾	1,485	1,517	(2.1%)	1.4%	1,485	1,517	(2.1%)
Banda larga (ADSL retalho + cabo)	889	602	47.7%	6.7%	889	602	47.7%
Rede fixa							
Acessos (mil)	4,471	4,312	3.7%	0.6%	4,471	4,312	3.7%
PSTN/RDIS	3,833	3,959	(3.2%)	(1.0%)	3,833	3,959	(3.2%)
Pré-selecção	559	480	16.3%	3.4%	559	480	16.3%
ADSL retalho	547	312	75.5%	9.4%	547	312	75.5%
ADSL wholesale	48	35	37.3%	4.1%	48	35	37.3%
Lacetes locais desagregados	43	7	n.s.	55.0%	43	7	n.s.
Adições líquidas (mil)	26	30	(12.5%)	42.1%	93	86	8.7%
PSTN/RDIS	(38)	(26)	50.9%	(10.7%)	(116)	(77)	49.4%
Pré-selecção	19	(4)	n.s.	(42.4%)	73	41	77.5%
ADSL retalho	47	52	(8.7%)	(4.5%)	167	151	10.8%
ADSL wholesale	2	2	4.5%	n.s.	7	7	(0.6%)
Lacetes locais desagregados	15	2	n.s.	28.6%	34	5	n.s.
Planos de preços (mil)	1,408	735	91.5%	5.8%	1,408	735	91.5%
Tráfego total (milhões de minutos)	3,589	3,900	(8.0%)	(5.0%)	11,176	12,517	(10.7%)
ARPU (euros)	34.8	35.8	(2.8%)	1.5%	34.2	34.8	(1.6%)
Móvel Portugal (TMN)							
Cientes (mil)	5,215	4,941	5.5%	2.1%	5,215	4,941	5.5%
Adições líquidas (mil)	107	69	55.6%	n.s.	162	54	198.1%
MOU (minutos)	125.0	125.4	(0.3%)	2.2%	121.3	121.3	0.0%
ARPU (euros)	23.4	25.5	(8.3%)	3.5%	22.9	24.4	(6.1%)
Dados em % das receitas (%)	11.6	9.9	1.7pp	0.7pp	11.2	9.5	1.6pp
CCPU ⁽²⁾ (euros)	12.1	11.3	6.8%	7.1%	11.5	11.1	3.6%
ARPU menos CCPU (euros)	11.4	14.2	(20.2%)	(0.1%)	11.4	13.3	(14.2%)
Móvel Brasil (Vivo)							
Cientes (mil)	28,840	24,645	17.0%	1.4%	28,840	24,645	17.0%
Quota de mercado áreas de operação (%)	45.9	53.3	(7.4pp)	(1.7pp)	45.9	53.3	(7.4pp)
Adições líquidas (mil)	394	1,131	(65.1%)	(73.5%)	2,298	3,989	(42.4%)
MOU (minutos)	76.3	86.6	(11.9%)	(3.0%)	79.1	90.0	(12.1%)
ARPU (reais)	28.2	32.1	(11.9%)	(1.3%)	28.5	33.3	(14.3%)
Dados em % das receitas (%)	6.2	3.7	2.5pp	0.1pp	6.0	4.0	2.0pp
CCPU ⁽²⁾ (reais)	16.7	18.6	(9.8%)	(14.7%)	17.3	18.4	(6.1%)
ARPU menos CCPU (reais)	11.5	13.5	(14.9%)	28.2%	11.3	14.9	(24.3%)
Multimédia (PT Multimedia) ⁽¹⁾							
Casas passadas (mil)	2,627	2,529	3.9%	0.8%	2,627	2,529	3.9%
Com capacidades interactivas (mil)	2,504	2,371	5.6%	0.8%	2,504	2,371	5.6%
Cientes TV por subscrição (mil)	1,485	1,517	(2.1%)	1.4%	1,485	1,517	(2.1%)
Adições líquidas TV por subscrição (mil)	20	30	(33.9%)	125.1%	36	76	(52.3%)
Acessos banda larga via cabo (mil)	341	290	17.9%	2.7%	341	290	17.9%
Adições líquidas banda larga cabo (mil)	9	21	(57.3%)	(34.0%)	36	59	(39.1%)
ARPU total TV por subscrição (euros)	28.3	25.6	10.4%	0.9%	27.8	25.2	10.3%

(1) Em resultado de uma limpeza da base de dados no segundo trimestre de 2005, na sequência da migração para novos sistemas de CRM, aprovisionamento e facturação, o número de clientes de TV por subscrição no final de 2T05, 1T05 e 4T04 foi, respectivamente, de 1.465 mil, 1.456 mil e 1.449 mil. O número ajustado de clientes de banda larga via cabo foi no 2T05 de 333 mil, no 1T05 de 319 mil e no 4T04 de 305 mil.

(2) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e vendas de terminais por utilizador.

Cientes

- > Os acessos de rede fixa aumentaram 3,7% no terceiro trimestre de 2005 para 4.471 mil, face a igual período de 2004, em resultado do forte crescimento do ADSL.
- > Os clientes móveis aumentaram 502 mil no terceiro trimestre de 2005 para 34.055 mil, devido ao crescimento no Brasil e ao elevado número de adições líquidas na TMN.
- > O número total de clientes de TV por subscrição aumentou 20 mil no terceiro trimestre de 2005, totalizando 1.485 mil em 30 de Setembro de 2005.
- > A PT detinha 889 mil clientes de banda larga de retalho no final do terceiro trimestre de 2005, o que compara com 833 mil clientes no final de Junho de 2005, equivalente a uma taxa de penetração de 18,0% dos acessos (PSTN/RDIS e cabo). As adições líquidas de banda larga de retalho foram cerca de 56 mil no terceiro trimestre de 2005.

Rede fixa

- > O número total de acessos aumentou 3,7% no terceiro trimestre de 2005, face ao período homólogo, para 4.471 mil, incluindo 3.833 mil acessos PSTN/RDIS, 547 mil acessos ADSL de retalho, 48 mil acessos ADSL de wholesale e 43 mil desagregações de lacete local.
- > O número de planos de preços aumentou em 78 mil no terceiro trimestre de 2005 para 1.408 mil, equivalente a uma penetração de 43,0% das linhas PSTN de retalho.
- > No terceiro trimestre de 2005, o tráfego total diminuiu 8,0% face a igual período do ano anterior. O tráfego de retalho decresceu 10,2%, principalmente em resultado da continuação do efeito de substituição de fixo por móvel e do aumento da concorrência, enquanto o tráfego de wholesale diminuiu 6,2% face a igual período do ano anterior, sobretudo devido ao efeito de migração de Internet de banda estreita para banda larga.
- > O ARPU total diminuiu 2,8% no terceiro trimestre de 2005 para 34,8 euros. O ARPU de assinatura e de voz decresceu 6,2% para 29,9 euros, reflectindo a diminuição das receitas de tráfego, enquanto que o ARPU de dados aumentou 25,3% face ao terceiro trimestre de 2004, representando já 13,9% do ARPU total no terceiro trimestre de 2005.

Móvel Portugal (TMN)

- > No terceiro trimestre de 2005 foram adicionados 107 mil clientes, reflectindo o sucesso da expansão do 3G e o lançamento de uma nova marca de baixo custo (UZO). No final de Setembro de 2005, a TMN detinha 5.215 mil clientes, um aumento de 5,5% face a igual período do ano anterior. Os clientes pós-pagos representaram aproximadamente 18% das adições líquidas no terceiro trimestre de 2005, o que compara com 4% no período homólogo do ano anterior.
- > No terceiro trimestre de 2005, as receitas de serviços de dados representaram 11,6% das receitas de serviços, uma melhoria de 1,7pp face a igual período do ano anterior, em resultado do crescimento das receitas de serviços de dados que não os SMS, que já representam 21,6% do total das receitas de serviços de dados.

- > O MOU manteve-se estável no terceiro trimestre de 2005, quando comparado com o período homólogo de 2004, totalizando 125,0 minutos, apesar de uma conjuntura macroeconómica mais desfavorável.
- > O ARPU no terceiro trimestre de 2005 registou um decréscimo de 8,3% para 23,4 euros, devido essencialmente às reduções das tarifas de interligação em Março de 2005 e em Julho de 2005.

Móvel Brasil (Vivo)

- > Foram adicionados 394 mil clientes no terceiro trimestre de 2005. No final de Setembro de 2005, a Vivo detinha 28.840 mil clientes, um aumento de 17,0% face a igual período do ano anterior. No final de Setembro de 2005, a quota de mercado da Vivo era de 45,9% nas áreas de operação e de 36,1% em todo o Brasil.
- > No terceiro trimestre de 2005, as receitas de dados representaram 6,2% das receitas de serviços, sendo já cerca de 37% geradas por receitas de serviços de dados que não os SMS.
- > O MOU da Vivo diminuiu 11,9% no terceiro trimestre de 2005 para 76,3 minutos, em resultado da evolução negativa do tráfego de entrada, com o respectivo MOU a decrescer aproximadamente 17% face ao terceiro trimestre de 2004. O MOU do segmento pós-pago aumentou 3,7% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior, reflectindo o forte crescimento do tráfego originado.
- > No terceiro trimestre de 2005, o ARPU diminuiu 11,9%, face a igual período do ano anterior, para 28,2 reais, em resultado principalmente da redução do tráfego de entrada, do impacto do reposicionamento dos planos de preços do segmento pós-pago ("right planning") e do maior peso dos pré-pagos na base de clientes.

Multimédia (PT Multimedia)

- > O número total de clientes de TV por subscrição atingiu os 1.485 mil a 30 de Setembro de 2005, com 20 mil adições líquidas no terceiro trimestre de 2005. No final de Setembro de 2005, o número de clientes por cabo situou-se em 1.096 mil e por satélite em 389 mil.
- > O ARPU total de TV por subscrição no terceiro trimestre de 2005 aumentou 10,4%, face ao ano anterior, para 28,3 euros, em resultado de uma maior penetração da Internet de banda larga e do aumento dos preços da TV por subscrição.
- > O número de clientes de banda larga via cabo ascendeu a 341 mil no final de Setembro 2005, um aumento de 17,9% face ao ano anterior, com 9 mil adições líquidas no terceiro trimestre de 2005.

3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Tabela 3 – Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Proveitos operacionais	1,639.6	1,525.7	7.5%	4.6%	4,663.8	4,406.9	5.8%
Rede fixa	514.8	545.6	(5.6%)	(1.5%)	1,549.8	1,610.0	(3.7%)
Móvel Portugal (TMN)	386.4	390.6	(1.1%)	10.7%	1,081.1	1,080.4	0.1%
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	520.5	398.2	30.7%	4.3%	1,417.0	1,162.3	21.9%
Multimédia (PT Multimedia)	158.4	147.5	7.3%	6.5%	463.7	433.2	7.0%
Outros	59.5	43.8	35.9%	22.9%	152.2	121.0	25.7%
Custos oper. recorr., excl. amortizações	1,045.4	921.2	13.5%	1.6%	2,920.9	2,636.2	10.8%
Custos com pessoal	160.4	163.8	(2.1%)	(7.7%)	496.6	468.7	5.9%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	36.0	41.5	(13.4%)	(0.2%)	108.2	121.3	(10.9%)
Custos directos dos serviços prestados	219.1	210.2	4.2%	1.1%	645.3	631.2	2.2%
Custos de telecomunicações	139.5	137.7	1.3%	(6.8%)	411.3	411.1	0.1%
Custos de programação	34.0	30.9	10.1%	9.7%	101.1	91.0	11.2%
Listas telefónicas	20.1	21.5	(6.2%)	(3.6%)	61.7	65.5	(5.7%)
Outros	25.5	20.2	26.0%	68.1%	71.2	63.6	11.8%
Custos das mercadorias vendidas	170.0	151.7	12.1%	(6.4%)	467.2	391.5	19.3%
Marketing e publicidade	43.0	38.9	10.3%	(7.6%)	122.1	114.4	6.7%
Serviços de suporte	60.7	51.2	18.6%	13.5%	158.5	140.3	13.0%
Manutenção e conservação	40.2	32.4	23.9%	0.3%	118.3	106.3	11.3%
Fornecimentos e serviços externos	190.4	160.5	18.6%	(2.5%)	546.8	463.6	17.9%
Provisões	55.0	31.4	75.0%	71.7%	95.0	90.9	4.6%
Impostos, excl. impostos sobre rendimento	43.5	37.1	17.1%	11.0%	119.8	95.6	25.3%
Outros custos operacionais	27.1	2.3	n.s.	95.7%	43.1	12.4	248.2%
Result. oper. antes de amort. (EBITDA)	594.2	604.6	(1.7%)	10.1%	1,742.9	1,770.6	(1.6%)
Amortizações	264.6	233.8	13.2%	1.6%	758.4	694.8	9.1%
Resultado operacional recorrente	329.6	370.8	(11.1%)	18.1%	984.5	1,075.8	(8.5%)
Outros custos (proveitos)	160.6	61.2	162.6%	82.8%	266.3	79.8	233.6%
Custos do programa de redução efectivos	157.2	45.8	243.1%	92.8%	253.9	49.7	n.s.
Menos (mais) valias alienação de imobil.	(0.3)	0.3	n.s.	125.5%	0.1	2.7	(97.0%)
Outros custos não recorrentes	3.8	15.1	(74.7%)	(41.5%)	12.3	27.4	(55.3%)
Resultado antes result. fin. e impostos	169.0	309.6	(45.4%)	(11.6%)	718.2	996.0	(27.9%)
Custos (ganhos) financeiros	65.2	59.4	9.8%	42.5%	168.9	131.4	28.5%
Juros suportados líquidos	71.8	50.4	42.6%	13.8%	188.1	146.2	28.6%
Dif. câmbio desfavoráveis (favoráveis) liq.	(11.3)	(4.8)	136.8%	(57.0%)	(47.2)	(5.3)	n.s.
Perdas (ganhos) em activos financeiros liq.	13.1	12.6	4.3%	(9.1%)	35.1	(39.5)	n.s.
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(21.0)	(6.9)	202.6%	(3.8%)	(50.1)	(7.4)	n.s.
Outros custos financeiros	12.6	8.2	53.7%	(23.0%)	43.0	37.4	14.9%
Resultado antes de impostos	103.7	250.2	(58.5%)	(28.7%)	549.3	864.5	(36.5%)
Imposto sobre o rendimento	(52.8)	(95.4)	(44.6%)	(27.7%)	(229.2)	(279.0)	(17.8%)
Resultado das operações continuadas	50.9	154.8	(67.1%)	(29.7%)	320.1	585.5	(45.3%)
Resultado das operações descontinuadas	35.9	23.4	53.2%	n.s.	37.5	26.1	43.3%
Interesses minoritários	(27.1)	(23.1)	17.2%	n.s.	(38.9)	(70.9)	(45.1%)
Resultado consolidado líquido	59.6	155.1	(61.5%)	(29.5%)	318.6	540.7	(41.1%)

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

Proveitos Operacionais Consolidados

Tabela 4 – Proveitos Operacionais Consolidados – Contribuição por Segmento de Negócio

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Rede fixa	514.8	545.6	(5.6%)	(1.5%)	1,549.8	1,610.0	(3.7%)
Móvel Portugal (TMN)	386.4	390.6	(1.1%)	10.7%	1,081.1	1,080.4	0.1%
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	520.5	398.2	30.7%	4.3%	1,417.0	1,162.3	21.9%
Multimédia (PT Multimedia)	158.4	147.5	7.3%	6.5%	463.7	433.2	7.0%
Outros	59.5	43.8	35.9%	22.9%	152.2	121.0	25.7%
Proveitos operacionais consolidados	1,639.6	1,525.7	7.5%	4.6%	4,663.8	4,406.9	5.8%
Total receitas de retalho (Portugal)	458.3	463.6	(1.1%)	1.5%	1,373.0	1,372.9	0.0%
Rede fixa	331.7	346.8	(4.3%)	(0.4%)	1,000.8	1,032.1	(3.0%)
TV por subscrição e Internet por cabo	126.6	116.8	8.4%	6.6%	372.3	340.8	9.2%
Receita média por casa (ARPH)	41.9	42.3	(1.1%)	1.5%	41.8	41.8	0.0%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

Os proveitos operacionais consolidados aumentaram 5,8% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior, para 4.664 milhões de euros, reflectindo uma maior contribuição da Vivo, em parte devido à apreciação do real no período, e da PTM. Considerando uma taxa de câmbio constante, os proveitos operacionais consolidados teriam aumentado 1,5% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior.

Os proveitos operacionais das operações em Portugal registaram um decréscimo de 0,9% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior, com o aumento na PTM e na TMN a compensar o decréscimo registado na rede fixa. Os proveitos no segmento de rede fixa decresceram 3,7%, face aos primeiros nove meses de 2004, em parte em resultado do decréscimo das tarifas de interligação fixo-móvel.

Nos primeiros nove meses de 2005, as receitas de retalho das operações em Portugal (rede fixa e TV por subscrição) mantiveram-se estáveis nos 1.373 milhões de euros, face a igual período de 2004, com a receita média mensal por casa (ARPH) a totalizar 41,8 euros. O forte crescimento dos serviços de banda larga e dos produtos de vídeo continua a alterar progressivamente a composição do ARPH. As receitas de dados e de vídeo representaram respectivamente 13,1% e 21,9% do ARPH nos primeiros nove meses de 2005, em comparação com 9,3% e 20,5% nos primeiros nove meses de 2004. Na rede fixa, as receitas de retalho líquidas, calculadas como as receitas de retalho da rede fixa menos os correspondentes custos de telecomunicações, aumentaram 1,9% nos primeiros nove meses de 2005, para 870 milhões de euros, reflectindo o forte crescimento do ADSL e dos novos planos de preços.

A contribuição dos negócios móveis para os proveitos operacionais consolidados aumentou 2,7pp para 53,6%, nos primeiros nove meses de 2005, apesar do impacto negativo do forte ajustamento das tarifas de interligação em Portugal, as quais se reduziram para 18,5 cêntimos em Julho de 2004, 14,0 cêntimos em Março de 2005 e 13,5 cêntimos em Julho de 2005. Em Outubro de 2005, as tarifas de interligação diminuíram para 13,0 cêntimos. O impacto da descida das tarifas de interligação nas receitas da TMN foi de 24 milhões de euros e 57 milhões de euros no terceiro trimestre e nos primeiros nove meses de 2005, respectivamente. A Vivo representou 30,4% dos proveitos operacionais consolidados nos primeiros nove meses de 2005, um aumento de 4,0pp face ao mesmo período do ano anterior, essencialmente em resultado da apreciação do real face ao euro de 15,2% no período.

Nos primeiros nove meses de 2005, os proveitos operacionais dos outros negócios aumentaram 31 milhões de euros, para 152 milhões de euros, em resultado do aumento da actividade da Mobitel (empresa de call center no Brasil), da PT SI (consultoria em tecnologias de informação) e da PT Inovação (consultoria em I&D) para clientes externos.

Tabela 5 – Proveitos Operacionais Consolidados – Proveitos por Segmento de Negócio

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Rede fixa	557.5	585.4	(4.8%)	(1.0%)	1,673.6	1,730.1	(3.3%)
Móvel Portugal (TMN)	411.4	425.4	(3.3%)	10.1%	1,159.6	1,191.1	(2.6%)
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	520.5	398.1	30.7%	4.3%	1,416.9	1,162.3	21.9%
Multimédia (PT Multimedia)	158.6	147.9	7.3%	6.3%	464.4	433.7	7.1%
Outros e eliminações	(8.5)	(31.1)	(72.7%)	(50.3%)	(50.7)	(110.3)	(54.1%)
Proveitos operacionais consolidados	1,639.6	1,525.7	7.5%	4.6%	4,663.8	4,406.9	5.8%

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

A diferença na taxa de crescimento dos proveitos operacionais do segmento de negócio TMN e a contribuição desse negócio para os proveitos operacionais consolidados está relacionada com a redução das tarifas de interligação fixo-móvel ocorrida durante o período em análise.

Resultados Operacionais antes de Amortizações (EBITDA)

Tabela 6 – EBITDA por Segmento de Negócio

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	3T05 Margem	9M05	9M04	Δ 05/04	9M05 Margem
Rede fixa	233.9	232.9	0.4%	42.0	728.1	697.5	4.4%	43.5
Móvel Portugal (TMN)	172.8	205.8	(16.0%)	42.0	507.0	563.9	(10.1%)	43.7
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	142.3	121.3	17.3%	27.3	383.3	384.6	(0.3%)	27.1
Multimédia (PT Multimedia)	47.8	47.4	0.8%	30.1	142.6	133.6	6.7%	30.7
Outros	(2.5)	(2.8)	(9.7%)	n.s.	(18.0)	(8.9)	101.8%	n.s.
EBITDA total	594.2	604.6	(1.7%)	36.2	1,742.9	1,770.6	(1.6%)	37.4
Margem EBITDA (%)	36.2	39.6	(3.4pp)		37.4	40.2	(2.8pp)	

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

O EBITDA diminuiu 1,6% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior, para 1.743 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 37,4%, devido essencialmente ao decréscimo do EBITDA da TMN, em resultado da redução das tarifas de interligação e do aceleração da expansão do 3G.

Nos primeiros nove meses de 2005, o EBITDA dos negócios em Portugal diminuiu 1,2% face aos primeiros nove meses de 2004. Ajustando o impacto de 23 milhões de euros relativo a uma dívida da Angola Telecom que havia sido totalmente provisionada em anos anteriores, o EBITDA dos negócios em Portugal teria diminuído 2,9% face a igual período do ano anterior, em resultado do decréscimo do EBITDA da TMN.

Nos primeiros nove meses de 2005, a contribuição do negócio de rede fixa para o EBITDA consolidado aumentou 2,4pp para 41,8%. Excluindo o impacto do recebimento de 23 milhões de euros da Angola Telecom, a contribuição deste segmento para o EBITDA consolidado teria aumentado 1,1pp para 40,4%.

A contribuição da PTM para o EBITDA consolidado aumentou 0,6pp, para 8,2% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período de 2004, devido ao crescimento dos proveitos no período.

A contribuição dos negócios móveis para o EBITDA consolidado diminuiu 2,5pp, para 51,1% nos primeiros nove meses de 2005. O contributo da TMN para o EBITDA consolidado diminuiu 2,8pp, para 29,1%, nos primeiros nove meses de 2005. O impacto da descida das tarifas de interligação no EBITDA da TMN foi de 13 milhões de euros e 34 milhões de euros no terceiro trimestre e nos primeiros nove meses de 2005, respectivamente. O contributo da Vivo aumentou 0,3pp, para 22,0%, reflectindo a apreciação do real no período. A compressão na margem da Vivo, com a margem EBITDA a decrescer para 27,1% nos primeiros nove meses de 2005, face a 33,1% em igual período do ano anterior, é explicada pelo forte crescimento de clientes e pela intensificação das pressões competitivas.

Custos Operacionais Consolidados Recorrentes

Tabela 7 – Custos Operacionais Consolidados Recorrentes ⁽¹⁾

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04	9M05 % Prov.
Custos com pessoal	160.4	163.8	(2.1%)	(7.7%)	496.6	468.7	5.9%	10.6
Custos benefícios de reforma	36.0	41.5	(13.4%)	(0.2%)	108.2	121.3	(10.9%)	2.3
Custos directos serv. prestados	219.1	210.2	4.2%	1.1%	645.3	631.2	2.2%	13.8
Custos de telecomunicações	139.5	137.7	1.3%	(6.8%)	411.3	411.1	0.1%	8.8
Custos de programação	34.0	30.9	10.1%	9.7%	101.1	91.0	11.2%	2.2
Listas telefónicas	20.1	21.5	(6.2%)	(3.6%)	61.7	65.5	(5.7%)	1.3
Outros	25.5	20.2	26.0%	68.1%	71.2	63.6	11.8%	1.5
Custo das mercadorias vendidas	170.0	151.7	12.1%	(6.4%)	467.2	391.5	19.3%	10.0
Marketing e publicidade	43.0	38.9	10.3%	(7.6%)	122.1	114.4	6.7%	2.6
Serviços de suporte	60.7	51.2	18.6%	13.5%	158.5	140.3	13.0%	3.4
Fornecimentos serviços externos	190.4	160.5	18.6%	(2.5%)	546.8	463.6	17.9%	11.7
Provisões	55.0	31.4	75.0%	71.7%	95.0	90.9	4.6%	2.0
Outros custos operacionais	110.7	71.8	54.2%	19.0%	281.1	214.3	31.2%	6.0
Custos op. rec., excl. amortiz.	1,045.4	921.2	13.5%	1.6%	2,920.9	2,636.2	10.8%	62.6
Amortizações	264.6	233.8	13.2%	1.6%	758.4	694.8	9.1%	16.3
Custos operacionais recorr.	1,310.0	1,155.0	13.4%	1.6%	3,679.3	3,331.1	10.5%	78.9

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

Os custos operacionais consolidados recorrentes totalizaram 2.921 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, um aumento de 10,8% face a igual período do ano anterior, devido em parte à apreciação do real face ao euro e ao aumento da actividade comercial em todos os negócios. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais consolidados recorrentes teriam registado um aumento de 5,7% no período.

Os custos com pessoal aumentaram 5,9%, nos primeiros nove meses de 2005, totalizando 497 milhões de euros, equivalentes a 10,6% dos proveitos operacionais consolidados. O crescimento desta rubrica está essencialmente relacionado com as operações no Brasil, que contribuíram com 37 milhões de euros no crescimento dos custos com pessoal consolidados, dos quais 16 milhões de euros relacionados com a apreciação do real no período. Nos primeiros nove meses de 2005, os custos com pessoal na Vivo, em moeda local, aumentaram 4,6% face a igual período do ano anterior, enquanto que na Mobitel, a operação de call center da PT no Brasil, os custos com pessoal aumentaram de 22 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004 para 44 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, devido sobretudo à incorporação adicional de 4.670 trabalhadores nos call centers.

Os custos com benefícios de reforma (PRBs) diminuíram 10,9%, para 108 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período de 2004, tendo representado 2,3% dos proveitos operacionais consolidados. Esta redução ficou a dever-se essencialmente a: (1) um ganho de 21 milhões de

euros resultante das alterações da lei portuguesa para o cálculo dos benefícios de reforma, o qual é agora baseado na média dos últimos três anos de salários em vez do último ano de salário; (2) uma diminuição de 5 milhões de euros no custo financeiro das responsabilidades não fundeadas, devido ao efeito combinado das contribuições feitas para os fundos e do aumento das responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) em resultado de reduções adicionais de efectivos, e (3) um aumento de 13 milhões de euros na amortização das perdas actuariais líquidas, em resultado das alterações dos pressupostos actuariais realizadas no final de 2004.

Os custos directos dos serviços prestados aumentaram 2,2% nos primeiros nove meses de 2005 face ao período homólogo, para 645 milhões de euros. Esta rubrica representou 13,8% dos proveitos operacionais consolidados. Nos primeiros nove meses de 2005, os custos de telecomunicações, a principal componente dos custos directos dos serviços prestados, mantiveram-se estáveis, face aos primeiros nove meses de 2004, nos 411 milhões de euros, dado que o decréscimo dos volumes de tráfego na rede fixa e a redução das tarifas de interligação móvel-móvel em Portugal foram compensados pelo acréscimo de 43,8% nos custos de telecomunicações da Vivo, devido ao aumento dos volumes de tráfego, principalmente relacionado com o roaming doméstico. Os custos de telecomunicações representaram 8,8% dos proveitos operacionais consolidados nos primeiros nove meses de 2005. Os custos de programação aumentaram 11,2%, para 101 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período de 2004, principalmente devido ao lançamento da oferta digital do negócio de TV por subscrição com o objectivo de aumentar o ARPU através da promoção da migração do sistema analógico para digital.

Os custos das mercadorias vendidas registaram um crescimento de 19,3% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior, para 467 milhões de euros, em resultado do aumento da actividade comercial na TMN e da apreciação do real. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos das mercadorias vendidas teriam aumentado 9,7% no período.

Os custos de marketing e publicidade aumentaram de 6,7% nos primeiros nove meses de 2005, para 122 milhões de euros, reflectindo o aumento dos custos com publicidade e com campanhas promocionais na rede fixa, na TMN e na Vivo. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos de marketing e publicidade teriam aumentado 0,9% nos primeiros nove meses de 2005 face a igual período de 2004.

Os custos com serviços de suporte cresceram 13,0% nos primeiros nove meses de 2005, para 159 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento desta rubrica na rede fixa e na Vivo, em resultado do outsourcing de determinadas funções adicionais e do aumento de custos de call centers relacionados com o aumento da actividade comercial. Esta rubrica de custos representou 3,4% dos proveitos operacionais consolidados. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos com serviços de suporte teriam registado um aumento de 7,0% no período.

Os custos de fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 17,9% nos primeiros nove meses de 2005, para 547 milhões de euros, principalmente em resultado do acréscimo das comissões na rede fixa, na TMN e na Vivo, decorrente do aumento da actividade comercial. Esta rubrica representou 11,7% dos proveitos operacionais consolidados. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos de fornecimentos e serviços externos teriam aumentado 12,4% no período.

As provisões aumentaram 4,6% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior, para 95 milhões de euros. Este acréscimo deveu-se principalmente ao aumento de 41 milhões de euros na Vivo (10 milhões de euros referentes à apreciação do real), em resultado do acréscimo das dívidas de cobrança duvidosa, o qual foi parcialmente compensado por uma redução nas provisões da rede fixa (23

milhões de euros relativos a uma conta a receber da Angola Telecom) e na TMN (16 milhões de euros de provisão extraordinária em 2004 relativa a pontos de fidelização). Esta rubrica de custos representou 2,0% dos proveitos operacionais consolidados.

Os outros custos operacionais aumentaram 31,2% nos primeiros nove meses de 2005 para 281 milhões de euros, dos quais 18 milhões de euros referentes à apreciação do real. Esta rubrica inclui 118 milhões de euros relativos a custos de manutenção e conservação, 120 milhões de euros relativos a impostos (que inclui essencialmente impostos indirectos e custos com o espectro) e 43 milhões de euros relativos a outros custos. O acréscimo nesta rubrica deveu-se principalmente ao aumento dos custos de espectro na Vivo no montante de 15 milhões de euros (8 milhões de euros referentes à apreciação do real), em resultado essencialmente do aumento de clientes no período, e de um acréscimo de 12 milhões de euros nos custos de manutenção e conservação na Vivo e na PTM, devido aos aumentos nas respectivas bases de clientes.

As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo aumentaram 9,1% nos primeiros nove meses de 2005, para 758 milhões de euros, devido ao aumento de 59 milhões de euros na contribuição da Vivo para as amortizações consolidadas. Este aumento resultou essencialmente da apreciação do real no período (36 milhões de euros) e da alocação de goodwill, gerado nas recentes ofertas públicas de aquisição das subsidiárias da Vivo, a imobilizado incorpóreo relativo a licenças de telecomunicações pertencentes a estas empresas, o qual está a ser amortizado sobre o período remanescente destas licenças. Esta rubrica de custos representou 16,3% dos proveitos operacionais consolidados.

Resultado Líquido

O **resultado líquido** situou-se em 319 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, um decréscimo de 41,1% face a igual período do ano anterior, principalmente devido ao aumento dos custos com o programa de redução de efectivos e às diferenças desfavoráveis no justo valor de certos instrumentos derivados nos primeiros nove meses de 2005.

Os custos com o programa de redução de efectivos situaram-se em 254 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005 (50 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004), devido à redução de 953 trabalhadores no negócio de rede fixa. Esta rubrica inclui o: (1) valor actual dos salários a serem pagos aos empregados em situação de pré-reforma até à idade da reforma; (2) valor actual dos custos com serviços futuros dos empregados em situação de pré-reforma e reforma antecipada, e (3) reconhecimento proporcional dos ganhos e perdas actuariais referentes aos empregados em situação de pré-reforma e reforma antecipada.

Os encargos financeiros líquidos situaram-se em 188 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a 146 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004. Nos primeiros nove meses de 2005, os encargos financeiros líquidos relativos à dívida líquida da PT, excluindo o Brasil, aumentaram 28,3% para 114 milhões de euros, em resultado de: (1) um aumento da dívida líquida média no período, e (2) um acréscimo das disponibilidades, na sequência do refinanciamento efectuado este ano, que vão ser parcialmente utilizadas para pagar o Eurobond que matura em Fevereiro de 2006 (cupão anual de 5,75%). Nos primeiros nove meses de 2005, os encargos financeiros líquidos relativos à dívida líquida da Vivo aumentaram 29,1% para 74 milhões de euros, face a igual período do ano anterior, em resultado: (1) da apreciação do real no período (10 milhões de euros), e (2) do aumento da dívida líquida média e da taxa CDI média no período. Os encargos financeiros líquidos corresponderam a um custo médio da dívida, incluindo o Brasil, de aproximadamente 6,4% nos primeiros nove meses de 2005.

Os ganhos cambiais líquidos totalizaram 47 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a 5 milhões de euros em igual período do ano anterior, em resultado essencialmente da evolução da taxa de câmbio euro/real ao longo do período. Os ganhos registados em 2005 são maioritariamente resultado: (1) da depreciação da taxa de câmbio do dólar face ao real, o que permitiu que a Vivo registasse ganhos relativos à sua dívida denominada em dólares e sem cobertura cambial, e (2) da depreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar, o que gerou ganhos relativos a empréstimos intra-empresas à Vivo (denominados em dólares).

As perdas líquidas em activos financeiros totalizaram 35 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a ganhos líquidos de 40 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004. Esta rubrica inclui ganhos e perdas de determinados contratos derivativos, nomeadamente: (1) contratos de equity swap sobre acções da PTM (ganhos líquidos de 1 milhão de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a 41 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004), e (2) derivados cambiais da Vivo, que não cobrem nenhum risco específico (perdas líquidas de 44 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a 9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004). Estes derivados cambiais são basicamente swaps de taxa de câmbio dólar/real, que relacionados com a forte desvalorização do dólar face ao real em 2005, geraram estas perdas.

Os ganhos relativos a empresas associadas totalizaram 50 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a 7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004. Esta rubrica incluiu essencialmente a proporção da PT nos resultados líquidos da CTM em Macau, da Unitel em Angola, da UOL no Brasil e da Médi Télécom em Marrocos. A melhoria nesta rubrica de 43 milhões de euros é explicada essencialmente pelos aumentos nos resultados líquidos da: (1) Unitel de 11 milhões de euros para 29 milhões de euros; (2) CTM de 8 milhões de euros para 12 milhões de euros; (3) UOL de 1 milhão de euros para 9 milhões de euros, e (4) Médi Télécom de uma perda de 9 milhões de euros para um ganho de 3 milhões de euros.

Os outros custos financeiros totalizaram 43 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, face a 37 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Esta rubrica inclui principalmente serviços bancários, despesas financeiras e comissões, e descontos financeiros.

O custo relativo ao imposto sobre o rendimento diminuiu nos primeiros nove meses de 2005 para 229 milhões de euros, face a 279 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004. A taxa efectiva de imposto aumentou de 32,3% para 41,7%, principalmente em resultado: (1) do aumento da amortização de imobilizado incorpóreo relativo à alocação de goodwill gerado nas recentes ofertas públicas de aquisição das subsidiárias da Vivo, e (2) do aumento dos prejuízos de determinadas subsidiárias da Vivo no período, que não originaram o reconhecimento do correspondente imposto diferido activo. Nos primeiros nove meses de 2005, esta rubrica incluiu um montante não cash de 181 milhões de euros (238 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004), que corresponde a uma redução dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais registados em anos anteriores.

A rubrica de operações descontinuadas inclui o resultado das empresas que foram vendidas nos períodos reportados. Na sequência do anúncio da venda da Lusomundo Serviços (negócio media da PTM) e da PrimeSys, estes segmentos de negócios foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, dos primeiros nove meses de 2004 e de 2005, como operações descontinuadas, de acordo com as normas dos IFRS. Na sequência da alienação da Mascom em Setembro de 2004, esta empresa foi apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas dos primeiros nove meses de 2004 como operação descontinuada. Nos primeiros nove meses de 2005, esta rubrica incluiu um ganho de 35 milhões de euros, relativo à venda

da Lusomundo Serviços e da participação da PT nos resultados da Lusomundo Serviços e da PrimeSys. A venda da Lusomundo Serviços foi concluída em 25 de Agosto de 2005, enquanto que a alienação da PrimeSys, anunciada em 5 de Agosto de 2005, está pendente de aprovação por parte do regulador Brasileiro de telecomunicações. Nos primeiros nove meses de 2004, o resultado das operações descontinuadas incluiu um ganho de 23 milhões de euros relativo à venda da Mascom.

Os interesses minoritários diminuíram para 39 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, de 71 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004, principalmente em resultado do decréscimo de 36 milhões de euros referente à diminuição dos lucros das subsidiárias da Vivo.

4. CAPEX

Tabela 8 – Capex por Segmento de Negócio

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04	9M05 % Prov.
Rede fixa	56.2	32.9	70.6%	3.5%	152.7	117.2	30.2%	9.1
Móvel Portugal (TMN)	56.3	26.5	112.2%	94.9%	104.0	62.0	67.8%	9.0
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	68.7	91.3	(24.8%)	3.3%	211.7	160.2	32.1%	14.9
Multimédia (PT Multimedia)	19.8	12.0	64.9%	(50.0%)	75.4	34.2	120.4%	16.2
Outros	12.8	10.1	26.5%	5.1%	38.3	32.7	17.0%	n.s.
Capex total	213.8	172.9	23.6%	6.1%	582.0	406.3	43.2%	12.5

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

Nos primeiros nove meses de 2005, o total do capex aumentou 43,2%, face a igual período de 2004, para 582 milhões de euros, em resultado dos aumentos verificados em todos os negócios. Nos primeiros nove meses de 2005, o total do capex foi equivalente a 12,5% dos proveitos operacionais.

Nos primeiros nove meses de 2005, o capex do negócio de rede fixa ascendeu a 153 milhões de euros, um aumento de 30,2%, em relação aos primeiros nove meses de 2004 e equivalente a um rácio de capex sobre os proveitos operacionais de 9,1%. Este aumento resultou essencialmente do forte crescimento da banda larga.

O capex da TMN aumentou 67,8% nos primeiros nove meses de 2005, para 104 milhões de euros, equivalente a 9,0% dos proveitos operacionais, principalmente em resultado da aceleração do investimento em 3G.

A proporção da PT no capex da Vivo aumentou de 160 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004 para 212 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, equivalente a 14,9% dos proveitos operacionais. Este aumento resultou essencialmente do investimento em expansão da rede e das tecnologias 1xRTT e EV-DO, bem como da cobertura de CDMA nas regiões onde a CRT e a TCO operam.

Nos primeiros nove meses de 2005, o capex da PTM aumentou 120,4% face a igual período do ano anterior, para 75 milhões de euros, equivalente a 16,2% dos proveitos operacionais, em parte em resultado da capitalização de 17 milhões de euros, correspondente ao valor actual de rendas de um contrato de 12 anos de um quinto transponder, utilizado nos negócios de TV por subscrição para os seus serviços de satélite e premium.

Nos primeiros nove meses de 2005, o capex dos outros negócios cresceu 17,0% para 38 milhões de euros. Esta rubrica incluiu maioritariamente capex relacionado com despesas em tecnologias de informação e a expansão do SAP corporativo transversal a todos os negócios da PT, tendo em vista o aumento de eficiência dos processos de back-office. Esta rubrica inclui também o capex relativo a outras operações do grupo que são consolidadas integralmente, mas que não fazem parte dos segmentos de negócio reportados separadamente.

5. CASH FLOW

Tabela 9 – EBITDA menos Capex por Segmento de Negócio

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04	9M05 % Prov.
Rede fixa	177.7	200.0	(11.1%)	(2.7%)	575.4	580.3	(0.8%)	34.4
Móvel Portugal (TMN)	116.5	179.2	(35.0%)	(14.7%)	403.0	501.9	(19.7%)	34.8
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	73.6	30.0	145.6%	127.9%	171.6	224.4	(23.5%)	12.1
Multimédia (PT Multimedia)	28.0	35.4	(21.0%)	n.s.	67.2	99.4	(32.4%)	14.5
Outros	(15.3)	(12.9)	18.6%	(23.3%)	(56.3)	(41.6)	35.2%	n.s.
EBITDA menos Capex total	380.4	431.7	(11.9%)	12.5%	1,160.9	1,364.3	(14.9%)	24.9

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6437 nos 9M04 e de 3,1622 nos 9M05.

O EBITDA menos Capex totalizou 1.161 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, uma diminuição de 14,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, em resultado das reduções verificadas na TMN, Vivo e PTM. O EBITDA menos Capex dos segmentos de negócio em Portugal representou aproximadamente 90% do total do EBITDA menos Capex nos primeiros nove meses de 2005.

Tabela 10 – Free Cash Flow

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	9M05	9M04	Δ 05/04
EBITDA menos Capex	380.4	431.7	(11.9%)	1,160.9	1,364.3	(14.9%)
Itens não monetários incluídos no EBITDA:						
Custos com benefícios de reforma	36.0	41.5	(13.4%)	108.2	121.3	(10.9%)
Provisões e outras rubricas não monetárias	26.7	(2.4)	n.s.	50.1	4.3	n.s.
Variação do fundo de maneo	(121.8)	(22.4)	n.s.	(377.6)	(189.9)	98.8%
Cash flow operacional	321.3	448.4	(28.3%)	941.6	1,300.0	(27.6%)
Aquisição de investimentos financeiros	(6.3)	(40.0)	(84.2%)	(16.8)	(95.5)	(82.4%)
Alienação de empresas	173.8	5.4	n.s.	189.7	11.3	n.s.
Juros pagos	(21.7)	(21.9)	(1.3%)	(159.9)	(201.5)	(20.6%)
Pagamentos relativos a benefícios de reforma ⁽¹⁾	(58.1)	(50.2)	15.9%	(241.1)	(218.7)	10.3%
Impostos sobre o rendimento pagos por subsidiárias	(8.9)	(10.9)	(18.0%)	(33.0)	(45.7)	(27.7%)
Outros movimentos	30.5	(91.2)	n.s.	12.2	84.7	(85.6%)
Free cash flow	430.6	239.6	79.7%	692.7	834.8	(17.0%)

(1) Nos primeiros nove meses de 2005, esta rubrica incluiu: (i) 101 milhões de euros referentes a contribuições para o fundo de pensões; (ii) 117 milhões de euros referentes a pagamentos de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma, e (iii) 22 milhões de euros referentes a pagamentos à PT-ACS relativos a custos com cuidados de saúde prestados a trabalhadores reformados, pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma.

Nos primeiros nove meses de 2005, o cash flow operacional decresceu 27,6% face a igual período do ano anterior, para 942 milhões de euros, em resultado da redução do EBITDA menos Capex e, do aumento do investimento em fundo de maneo, essencialmente relacionado com o decréscimo de dívidas a fornecedores na rede fixa, TMN e Vivo. O free cash flow diminuiu de 835 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2004 para 693 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005, principalmente em resultado da redução do cash flow operacional, parcialmente compensada pelos fundos provenientes da

alienação de empresas (principalmente 174 milhões de euros relativos à venda da Lusomundo Serviços) e pelo decréscimo da saída de fundos relativos à aquisição de investimentos financeiros.

6. BALANÇO CONSOLIDADO

Tabela 11 – Balanço Consolidado

Milhões de euros	30 Setembro 2005	31 Dezembro 2004
Activo circulante	5,284.1	3,897.2
Disponibilidades e títulos negociáveis	3,165.5	1,947.0
Dívidas de terceiros de curto prazo, líquidas	1,599.4	1,415.4
Existências, líquidas	182.9	175.1
Impostos a receber	170.5	179.4
Custos diferidos e outros activos circulantes	165.9	180.3
Activo não circulante	10,120.9	9,682.4
Dívidas de terceiros de curto prazo, líquidas	28.9	21.5
Custos diferidos	5.3	6.2
Impostos a receber	110.1	62.6
Investimentos financeiros	430.8	435.3
Imobilizado incorpóreo, líquido	3,711.9	3,244.9
Imobilizado corpóreo, líquido	4,043.3	3,934.3
Impostos diferidos	951.7	1,125.3
Outros activos não circulantes	838.8	852.3
Activos de operações descontinuadas	106.6	0.0
Total do activo	15,511.6	13,579.6
Passivo circulante	3,774.0	4,015.1
Dívida de curto prazo	1,540.9	1,615.8
Dívidas a terceiros	876.6	1,264.8
Acréscimos de custos	704.5	599.8
Proveitos diferidos	235.1	225.5
Impostos a pagar	207.6	173.6
Provisões e outros passivos correntes	209.3	135.4
Passivo não circulante	7,996.1	6,518.6
Dívida de médio e longo prazo	5,512.1	3,863.0
Dívidas a terceiros	21.0	17.6
Impostos a pagar	33.2	25.6
Proveitos diferidos	20.0	15.6
Responsabilidades com benefícios de reforma	1,043.4	1,232.1
Impostos diferidos	325.0	327.9
Provisões e outros passivos não circulantes	1,041.3	1,036.9
Passivos de operações descontinuadas	10.3	0.0
Total do passivo	11,780.4	10,533.7
Capital próprio antes de interesses minoritários	2,945.2	2,478.3
Interesses minoritários	786.1	567.6
Capital próprio	3,731.3	3,045.9
Total do passivo e capital próprio	15,511.6	13,579.6

O gearing [dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio)] diminuiu para 51,0% em 30 de Setembro de 2005, de 53,7% em 31 de Dezembro de 2004, enquanto que o indicador (capital próprio + dívida de longo prazo)/total do activo aumentou para 59,6% em 30 de Setembro de 2005 de 50,9% no final de Dezembro de 2004. O indicador dívida líquida/EBITDA no final do mês de Setembro de 2005 era de 1,7 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era de 9,3 vezes.

A exposição líquida (activo menos passivo) da PT ao Brasil totalizou aproximadamente 7.636 milhões de reais a 30 de Setembro de 2005 (2.859 milhões de euros ao câmbio euro/real em 30 de Setembro de

2005). Os activos denominados em reais no balanço a 30 de Setembro de 2005 totalizaram 5.390 milhões de euros, equivalentes a aproximadamente 35% do total do activo. Aproximadamente 98% da exposição líquida da PT ao Brasil corresponde ao investimento de 50% na Vivo.

A 30 de Setembro de 2005, a provisão para benefícios de reforma incluía as responsabilidades não fundeadas, relativas às responsabilidades com benefícios de reforma da PT no montante de 2.093 milhões de euros, menos as perdas actuariais líquidas e outras responsabilidades de serviços passados no montante de 1.050 milhões de euros, as quais foram diferidas de acordo com os IFRS. Nos primeiros nove meses de 2005, a provisão para benefícios de reforma diminuiu em 189 milhões de euros, para 1.043 milhões de euros, principalmente em resultado: (1) da contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após reforma; (2) da contribuição de 101 milhões de euros para o fundo de pensões correspondendo ao nível espectável de contribuições em 2005, excluindo o impacto de reduções adicionais de efectivos ao longo do ano; (3) de pagamentos de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma no montante de 117 milhões de euros; (4) de pagamentos relativos a custos com cuidados de saúde no montante de 22 milhões de euros, e (5) de 9 milhões de euros referentes à provisão para benefícios de reforma da Lusomundo Serviços, uma subsidiária vendida durante o período. Estes impactos foram maioritariamente compensados pelos custos de benefícios de reforma e custos de redução de efectivos registados na demonstração de resultados nos primeiros nove meses de 2005, no montante de 108 milhões de euros e 254 milhões de euros, respectivamente.

De acordo com o previamente comunicado, a PT encontra-se a discutir com os seus actuários e auditores os pressupostos a serem utilizados para o cálculo das responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO). Qualquer redução na taxa de desconto implicará um aumento no PBO e um correspondente aumento nas responsabilidades não fundeadas relativas a benefícios de reforma. É expectável que estas discussões estejam finalizadas no final do corrente ano.

Dívida Líquida Consolidada

Tabela 12 – Variação da Dívida Líquida

Milhões de euros	3T05	9M05
Dívida líquida (balanço inicial)	4,255.6	3,531.8
Free cash flow	430.6	692.7
Operações descontinuadas (segmento media e PrimeSys)	0.0	39.3
Variações no FV de instrumentos derivados para cobertura de risco cambial	(11.4)	(26.4)
Efeitos de conversão cambial da dívida em dólares e reais	(24.7)	(122.0)
Dividendos pagos pela PT	0.0	(395.1)
Dividendos pagos pela PTM	0.0	(24.5)
Contribuição extraordinária para benefícios após reforma	0.0	(300.0)
Agrupamento de capital das empresas da Vivo	(0.0)	16.8
Aquisição de acções próprias / equity swaps ⁽¹⁾	(26.5)	(177.4)
Warrants emitidos pela PTM	0.0	(59.0)
Dívida líquida (balanço final)	3,887.5	3,887.5
Aumento da dívida líquida	(368.1)	355.6
Aumento da dívida líquida (%)	(8.6%)	10.1%

(1) Inclui 26 milhões de euros em contractos de equity swap sobre 3,5 milhões de acções da PT no seguimento do programa de share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas da PT em Abril de 2005.

A dívida líquida consolidada da PT em 30 de Setembro de 2005 situou-se em 3.887 milhões de euros, um aumento de 356 milhões de euros em relação ao final do ano de 2004, essencialmente em resultado:

(1) da contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após reforma; (2) dos efeitos de conversão cambial da dívida denominada em dólares e em reais que totalizaram 122 milhões de euros; (3) dos fluxos relacionados com a remuneração accionista, incluindo dividendos e share buybacks, no montante de 395 milhões de euros e 177 milhões de euros, respectivamente, e (4) dos fluxos referentes a pagamentos de dividendos a accionistas minoritários efectuados pela PTM (24 milhões de euros) e de share buybacks relativos ao exercício de warrants (59 milhões de euros). Estes movimentos mais do que compensaram o cash flow gerado no período no montante de 693 milhões de euros. Excluindo a contribuição extraordinária para financiar obrigações com cuidados de saúde após reforma e os fluxos relativos à remuneração accionista da PT e da PTM, a dívida líquida teria diminuído 600 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2005.

Tabela 13 – Dívida Líquida Consolidada

Milhões de euros	30 Setembro 2005	31 Dezembro 2004	Variação	Variação (%)
Dívida de curto prazo	1,540.9	1,615.8	(74.9)	(4.6%)
Empréstimos bancários	427.5	473.9	(46.5)	(9.8%)
Empréstimos obrigacionistas	899.5	585.0	314.6	53.8%
Outros empréstimos	151.1	338.0	(186.9)	(55.3%)
Responsabil. de equity swaps em acções próprias	26.5	189.8	(163.3)	(86.0%)
Locações financeiras	36.4	29.2	7.1	24.3%
Dívida de médio e longo prazo	5,512.1	3,863.0	1,649.1	42.7%
Empréstimos bancários	1,922.6	1,337.0	585.6	43.8%
Obrigações convertíveis	390.3	386.9	3.4	0.9%
Empréstimos obrigacionistas	2,957.8	1,848.2	1,109.6	60.0%
Outros empréstimos	36.8	90.7	(53.8)	(59.4%)
Locações financeiras	204.5	200.2	4.4	2.2%
Dívida total	7,053.0	5,478.8	1,574.2	28.7%
Disponibilidades e títulos negociáveis	3,165.5	1,947.0	1,218.5	62.6%
Dívida líquida consolidada	3,887.5	3,531.8	355.6	10.1%

Em 30 de Setembro de 2005, 78,2% da dívida total era de médio e longo prazo, sendo 71,8% da dívida total a taxas fixas. Nessa data, 84,7% da dívida total estava denominada em euros, 1,7% em dólares e 13,5% em reais. No final de Setembro de 2005, os únicos empréstimos da PT com rating triggers (no caso de o rating da PT ser igual a BBB+) eram quatro empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), totalizando 400 milhões de euros, incluindo dois empréstimos de 250 milhões de euros utilizados em Fevereiro de 2005. Adicionalmente, a PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 875 milhões de euros, dos quais 136 milhões de euros estavam utilizadas em 30 de Setembro de 2005. A PT detém ainda linhas de crédito disponíveis no montante de 900 milhões de euros, das quais estava utilizado em 30 de Setembro de 2005 um montante total de 575 milhões de euros. A proporção de 50% da PT na dívida líquida da Vivo ascendeu a 594 milhões de euros em 30 de Setembro de 2005. Aproximadamente 90% da dívida líquida da Vivo está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos derivativos.

Nos primeiros nove meses de 2005, o custo médio da dívida da PT, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais, foi de 6,4%. Excluindo a dívida brasileira, o custo médio da dívida foi de 4,5% nos primeiros nove meses de 2005.

Tabela 14 – Perfil da Maturidade da Dívida Líquida

Maturidade	Dívida líquida	Notas
2005	(2,829.1)	Posição líquida de cash
2006	1,698.8	Inclui 900 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Fevereiro de 2001 e 390 milhões de euros de obrigações convertíveis emitidas em Dezembro de 2001
2007	448.4	
2008	266.4	
2009	1,258.6	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril de 1999
2010	581.8	
2011	101.4	
2012	1,079.0	Inclui 1.000 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março de 2005
2013	61.3	
2014 e seguintes	1,220.9	Inclui 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março de 2005 (matura em 2017) e 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Junho de 2005 (matura em 2025)
Total	3,887.5	

Em 24 de Março de 2005, a PT emitiu 1,5 mil milhões de euros de Eurobonds com maturidades de 7 anos (mil milhões de euros) e 12 anos (500 milhões de euros) e em 16 de Junho de 2005 emitiu mais 500 milhões de euros de Eurobonds com maturidade de 20 anos, como parte do refinanciamento do seu balanço. Em Fevereiro de 2005, a PT também utilizou 250 milhões de euros de dois empréstimos de 10 anos, contratados com o BEI em Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005. Adicionalmente, a maturidade de determinadas linhas de créditos disponíveis da PT, no montante de 750 milhões de euros, foi prolongada por mais dois anos. Como consequência destas operações, a maturidade da dívida da PT aumentou para 9,4 anos. Excluindo a dívida brasileira, a maturidade da dívida da PT foi prolongada para 10,2 anos.

Tabela 15 – Ratings de Dívida

	Actual	Outlook	Última alteração
Standard & Poor's	A-	Negativo	21 de Outubro de 2005
Moody's	A3	Negativo	27 de Setembro de 2005

Recentemente, as agências de rating de crédito, Moody's e Standard & Poor's, procederam à alteração do outlook, para os ratings de dívida da PT, de estável para negativo.

Capital Próprio (excluindo Interesses Minoritários)

Em 30 de Setembro de 2005, o capital próprio, excluindo interesses minoritários, ascendeu a 2.945 milhões de euros, um aumento de 467 milhões de euros em relação ao final de 2004, em resultado essencialmente: (1) do pagamento de dividendos no período no montante de 395 milhões de euros; (2) da aquisição de acções próprias no valor de 177 milhões de euros de acordo com os programas de share buyback anunciados, incluindo 26 milhões de euros de contractos de equity swap sobre 3,5 milhões de acções da PT relativos ao programa aprovado na Assembleia Geral de Abril de 2005; (3) do impacto para a PT, no montante de 33 milhões de euros, das acções próprias adquiridas pela PTM aos accionistas minoritários que optaram pelo exercício físico dos warrants emitidos pela PTM em Maio de 2005; (4) do resultado líquido gerado no período de 319 milhões de euros, e (5) do impacto dos ajustamentos positivos de conversão cambial de 753 milhões de euros, resultantes essencialmente da apreciação do real face ao euro (euro/real de 3,6147 no final de 2004 face a euro/real de 2,6709 em 30 de Setembro de 2005).

Em 30 de Setembro de 2005, a PT detinha 37.628.550 acções próprias, equivalentes a 3,0% do seu capital antes do cancelamento de 7,0% de acções próprias em 28 de Dezembro de 2004. Deste modo, a PT completou o programa de share buyback de 10% do seu capital, anunciado em Setembro de 2003. A PT tem estado a executar o share buyback de 3% aprovado na Assembleia Geral de Accionistas de Abril de 2005, tendo a 30 de Setembro de 2005 já estabelecido contractos de equity swap sobre 3,5 milhões de acções próprias, correspondentes a um valor nocional de 26 milhões de euros.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As reservas distribuíveis diminuíram de 851 milhões de euros no final de 2004 para 390 milhões de euros no final de Setembro de 2005, principalmente em resultado de: (1) 395 milhões de euros relativos a dividendos pagos; (2) 340 milhões de euros relativos à aquisição de acções próprias da PT através do exercício de contratos de equity swaps (incluindo 151 milhões de euros relativos ao exercício de contratos de equity swaps estabelecidos em 2005); (3) 241 milhões de euros relativos a 95% do resultado líquido gerado no período (POC) de 254 milhões de euros, e (4) 32 milhões de euros recebidos pela PT da PTM, relativos ao exercício financeiro dos warrants emitidos pela PTM em Maio de 2005, os quais correspondem à distribuição efectiva de reservas. O nível das reservas distribuíveis é influenciado pelo montante: (1) de acções próprias detidas; (2) do resultado líquido gerado, e (3) de dividendos pagos. Adicionalmente, as reservas distribuíveis podem ainda ser influenciadas negativamente pela desvalorização do real face ao euro. Tendo em conta o nível de exposição da PT ao Brasil, em 30 de Setembro de 2005, a depreciação do real face ao euro só teria um impacto negativo nas reservas distribuíveis se a taxa de câmbio euro/real ultrapassasse os 4,09.

7. RECURSOS HUMANOS

Tabela 16 – Número de Trabalhadores e Rácios de Produtividade

	9M05	9M04	Varição	Δ 05/04	2T05	Δ 3T/2T
Rede fixa	7,881	8,690	(809)	(9.3%)	8,257	(4.6%)
Móvel Portugal (TMN)	1,166	1,118	48	4.3%	1,155	1.0%
Móvel Brasil (Vivo) ⁽¹⁾	3,015	3,154	(139)	(4.4%)	3,016	(0.0%)
Multimédia (PT Multimedia)	1,335	1,297	38	2.9%	1,324	0.8%
Outros ⁽²⁾	18,421	13,666	4,755	34.8%	17,251	6.8%
Trabalhadores do grupo	31,818	27,925	3,893	13.9%	31,003	2.6%
Portugal	13,265	14,030	(765)	(5.5%)	13,680	(3.0%)
Mercado internacional ⁽²⁾	18,553	13,895	4,658	33.5%	17,323	7.1%
Acessos fixos por trabalhador	567	496	71	14.3%	538	5.4%
Cartões móveis por trabalhador						
TMN	4,473	4,419	53	1.2%	4,422	1.1%
Vivo	4,783	3,907	876	22.4%	4,716	1.4%

(1) O número de trabalhadores do segmento móvel Brasil corresponde a 50% dos trabalhadores da Vivo.

(2) O aumento nesta rubrica resulta essencialmente da incorporação de trabalhadores para o serviço de call center na Mobitel, o negócio de call center da PT no Brasil. A 30 de Setembro de 2005, a Mobitel tinha um total de 14.475 trabalhadores.

No final de Setembro de 2005, a PT tinha 31.818 trabalhadores, dos quais 41,7% em Portugal. No negócio de rede fixa, o número de acessos por trabalhador situou-se em 567 linhas no final de Setembro de 2005, o que representa um aumento de 14,3% face a igual período do ano anterior, reflectindo o programa de redução de efectivos, enquanto que na TMN o número de cartões por trabalhador aumentou 1,2% para

4.473. No final de Setembro de 2005, o número total de trabalhadores da Vivo diminuiu 4,4% para 6.030 trabalhadores, tendo o número de cartões por trabalhador aumentado 22,4% para 4.783.

8. NEGÓCIO DE REDE FIXA

Tabela 17 – Demonstração de Resultados do Negócio de Rede Fixa ⁽¹⁾

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Proveitos operacionais	557.5	585.4	(4.8%)	(1.0%)	1,673.6	1,730.1	(3.3%)
Prestação de serviços	546.1	570.4	(4.3%)	(0.8%)	1,636.9	1,679.2	(2.5%)
Vendas	8.3	6.2	34.5%	2.3%	24.0	22.5	6.6%
Outros proveitos operacionais	3.2	8.8	(64.1%)	(28.4%)	12.7	28.4	(55.3%)
Custos oper. recorr., excl. amortiz.	323.6	352.5	(8.2%)	(0.7%)	945.5	1,032.6	(8.4%)
Custos com pessoal	71.5	77.9	(8.2%)	(1.7%)	216.5	221.7	(2.3%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	36.0	41.4	(13.0%)	0.1%	108.1	121.1	(10.7%)
Custos directos dos serviços prestados	100.1	116.7	(14.2%)	5.1%	297.0	359.6	(17.4%)
Custos de telecomunicações	79.5	94.9	(16.2%)	7.6%	233.9	294.1	(20.5%)
Listas telefónicas	20.1	21.5	(6.5%)	(3.6%)	61.6	65.5	(5.9%)
Outros	0.6	0.3	104.6%	0.1%	1.5	0.0	n.s.
Custo das mercadorias vendidas	6.1	9.1	(32.9%)	3.4%	21.0	28.2	(25.4%)
Marketing e publicidade	10.7	14.3	(25.3%)	(31.4%)	33.9	31.8	6.8%
Serviços de suporte	36.4	25.6	41.8%	15.9%	102.0	75.9	34.4%
Fornecimentos e serviços externos	36.1	36.4	(0.8%)	(17.8%)	108.7	98.4	10.4%
Provisões	6.5	11.1	(41.8%)	215.1%	(9.2)	18.1	n.s.
Outros custos operacionais	20.2	19.9	1.7%	(12.9%)	67.4	77.8	(13.3%)
EBITDA	233.9	232.9	0.4%	(1.3%)	728.1	697.5	4.4%
Amortizações	87.3	89.2	(2.1%)	0.0%	261.0	277.3	(5.9%)
Resultado operacional recorrente	146.6	143.7	2.0%	(2.1%)	467.2	420.2	11.2%
Margem EBITDA	42.0%	39.8%	2.2pp	(0.1pp)	43.5%	40.3%	3.2pp
Capex	56.2	32.9	70.6%	3.5%	152.7	117.2	30.2%
Capex em % dos proveitos operacionais	10.1%	5.6%	4.4pp	0.4pp	9.1%	6.8%	2.3pp
EBITDA menos Capex	177.7	200.0	(11.1%)	(2.7%)	575.4	580.3	(0.8%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Os proveitos operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 4,8% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior, para 558 milhões de euros, em resultado do decréscimo das receitas em todos os segmentos do negócio de rede fixa. Excluindo o impacto do decréscimo das tarifas de interligação fixo-móvel, os proveitos operacionais teriam decrescido 3,6% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior. As receitas líquidas e as receitas líquidas de retalho, ajustadas dos correspondentes custos de telecomunicações, decresceram 1,8% e 0,1%, respectivamente, no terceiro trimestre de 2005 face a igual período do ano anterior.

Tabela 18 – Proveitos Operacionais do Negócio de Rede Fixa ⁽¹⁾

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Retalho	332.9	347.2	(4.1%)	(0.3%)	1,003.1	1,033.8	(3.0%)
Receitas fixas	169.5	167.6	1.1%	(0.1%)	511.5	496.6	3.0%
Tráfego	121.2	147.4	(17.8%)	(0.9%)	370.9	450.2	(17.6%)
ADSL retalho	38.6	27.1	42.6%	1.8%	109.4	68.3	60.1%
ISP e outros	3.6	5.1	(28.0%)	(10.8%)	11.3	18.7	(39.4%)
Serviços a operadores (wholesale)	120.0	127.0	(5.5%)	12.9%	345.9	361.8	(4.4%)
Tráfego	56.1	67.7	(17.1%)	3.7%	162.8	188.6	(13.7%)
Circuitos alugados	45.5	44.3	2.5%	8.6%	128.6	124.9	3.0%
Outros	18.4	14.9	23.6%	78.9%	54.5	48.3	12.8%
Dados e soluções empresariais	62.2	64.2	(3.1%)	(6.2%)	186.3	183.1	1.7%
Comunicação de dados	29.5	29.5	0.2%	(7.0%)	90.2	80.2	12.5%
Circuitos alugados	7.6	11.7	(34.7%)	(14.2%)	24.0	37.3	(35.6%)
Gestão de redes e outsourcing	5.6	5.3	6.1%	(20.6%)	17.1	13.7	24.6%
Outros	19.4	17.7	9.4%	4.7%	55.0	51.9	6.0%
Outros proveitos de rede fixa	42.4	47.0	(9.9%)	(24.8%)	138.3	151.4	(8.7%)
Outros serviços e proveitos operacionais	3.3	7.6	(56.7%)	(73.2%)	19.7	26.8	(26.4%)
Vendas	8.3	6.2	34.5%	2.3%	24.0	22.5	6.6%
Listas telefónicas	29.6	32.1	(7.8%)	(3.2%)	91.0	97.9	(7.0%)
Portais	1.1	1.1	2.6%	22.8%	3.5	4.1	(14.7%)
Proveitos operacionais	557.5	585.4	(4.8%)	(1.0%)	1,673.6	1,730.1	(3.3%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

As receitas de retalho decresceram 4,1% para 333 milhões de euros no terceiro trimestre de 2005, face ao período homólogo, com o aumento das receitas fixas e de ADSL a não ser suficiente para compensar o decréscimo verificado nas receitas de tráfego, incluindo fixo-móvel, que registou uma redução significativa nos últimos trimestres. As receitas fixas aumentaram 1,1% no terceiro trimestre de 2005, em resultado principalmente do crescimento dos planos de preços, que compensaram a redução nas receitas provenientes dos acessos devido à perda de linhas PSTN/RDIS. Os planos de preços representaram já 8,6% das receitas fixas no período. As receitas de tráfego diminuíram 17,8% face a igual período do ano anterior, em resultado da diminuição dos volumes de tráfego e da redução do ARPM, incluindo as tarifas fixo-móvel. A diminuição das tarifas fixo-móvel teve um impacto negativo nas receitas de tráfego no terceiro trimestre e nos primeiros nove meses de 2005 de 7 milhões de euros e 14 milhões de euros, respectivamente. O crescimento do peso dos planos de preços tem também um efeito diluitivo nas receitas de tráfego, dado estas serem substituídas por receitas fixas. As receitas fixas representam actualmente 50,9% das receitas de retalho, face a 48,3% em igual período do ano anterior. Em termos de ADSL, as receitas registaram um aumento de 42,6% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior, para 39 milhões de euros, em resultado do forte crescimento da base de clientes.

O novo cabaz de preços para 2005 do serviço fixo de telefone, aprovado pela autoridade reguladora, entrou em vigor em 1 de Julho, tendo subjacente um price cap de IPC-2,75%, em termos de variação média anual. Em consequência, a variação média anual das principais componentes do cabaz de preços foi: (1) o preço da assinatura registou um aumento de 1,7%, e (2) o preços das chamadas locais, regionais e nacionais de longa distância, decresceram 1%, 24% e 25%, respectivamente. A nova estrutura de preços foi, pela primeira vez, só aplicada ao segmento residencial. Para além disso, os tipos de chamadas foram simplificados para chamadas locais e nacionais de longa distância.

As receitas de dados e soluções empresariais decresceram 3,1% para 62 milhões de euros, reflectindo essencialmente o impacto positivo do Euro 2004 no ano anterior. O segmento corporate tem continuado a melhorar os serviços de valor acrescentado nas ofertas de voz e dados, e a aumentar a gama dos seus

serviços, nomeadamente ao nível das tecnologias de informação. A introdução neste trimestre de uma série de soluções de segurança de backup online tem tido uma boa aceitação, enquanto que a venda de capacidade de banda larga para comunicação de dados e soluções IP tem tido uma contribuição crescente para o segmento de dados e soluções empresariais.

As receitas de wholesale decresceram 5,5% no terceiro trimestre de 2005 face a igual período do ano anterior, para 120 milhões de euros, principalmente como resultado do decréscimo das receitas de tráfego, devido ao decréscimo dos preços de interligação internacionais e do tráfego de trânsito. O aumento das receitas de circuitos alugados, no terceiro trimestre de 2005, foi sustentado pelo aumento do número de circuitos alugados fornecidos a outros operadores de telecomunicações. No terceiro trimestre de 2005 foi estabelecido um acordo entre a maioria dos operadores afim de facilitar a transferência de clientes entre operadores ao nível da portabilidade, pré-selecção e desagregação do lacete local. O número de linhas de desagregação do lacete local ascendeu a 43 mil no final de Setembro de 2005, um aumento de 15 mil no terceiro trimestre de 2005, o que compara com um acréscimo de 12 mil no segundo trimestre de 2005. No período, foi ainda introduzida uma nova oferta de wholesale de banda larga para o segmento empresarial, com velocidades de 2, 4 e 8 mbps.

O EBITDA no terceiro trimestre de 2005 aumentou 0,4% para 234 milhões de euros. A melhoria na margem resultou principalmente das medidas de racionalização de custos, nomeadamente as relacionadas com o programa de redução de efectivos, do decréscimo dos custos com benefícios de reforma (como analisada na secção de custos consolidados operacionais recorrentes) e do efeito da redução dos preços de interligação.

No terceiro trimestre de 2005, o capex situou-se em 56 milhões de euros, um aumento de 70,6% face a igual período do ano anterior, e equivalente a 10,1% dos proveitos operacionais, em parte em resultado da forte expansão da banda larga. O EBITDA menos Capex no terceiro trimestre de 2005 atingiu 178 milhões de euros, representando um decréscimo de 11,1%, face a igual período de 2004, e equivalente a 31,9% dos proveitos operacionais.

Tabela 19 – Dados Operacionais do Negócio de Rede Fixa

	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Acessos (mil)	4,471	4,312	3.7%	1.0%	4,471	4,312	3.7%
PSTN/RDIS	3,833	3,959	(3.2%)	(2.1%)	3,833	3,959	(3.2%)
Pré-selecção	559	480	16.3%	10.0%	559	480	16.3%
ADSL retalho	547	312	75.5%	21.4%	547	312	75.5%
ADSL wholesale	48	35	37.3%	4.8%	48	35	37.3%
Lacetes locais desagregados	43	7	n.s.	170.9%	43	7	n.s.
Adições líquidas (mil)	26	30	(12.5%)	(47.1%)	93	86	8.7%
PSTN/RDIS	(38)	(26)	50.9%	12.9%	(116)	(77)	49.4%
Pré-selecção	19	(4)	n.s.	(18.2%)	73	41	77.5%
ADSL retalho	47	52	(8.7%)	(33.7%)	167	151	10.8%
ADSL wholesale	2	2	4.5%	(57.8%)	7	7	(0.6%)
Lacetes locais desagregados	15	2	n.s.	114.4%	34	5	n.s.
Planos de preços (mil)	1,408	735	91.5%	17.4%	1,408	735	91.5%
ARPU (euros)	34.8	35.8	(2.8%)	3.0%	34.2	34.8	(1.6%)
Assinatura e voz	29.9	31.9	(6.2%)	0.9%	29.8	31.4	(5.1%)
Dados	4.8	3.9	25.3%	18.5%	4.5	3.4	30.9%
Rácio chamadas completadas (%)	99.9	99.8	0.1pp	0.1pp	99.9	99.8	0.1pp
Avarias por 100 acessos (n°.)	2.3	2.3	0.0pp	0.3pp	6.4	7.1	(0.7pp)
Total acessos comunicação dados (mil)	36	35	1.9%	(0.6%)	36	35	1.9%
Cap. vendida de web empresarial (mbps)	11,522	4,833	138.4%	50.1%	11,522	4,833	138.4%
Circuitos alugados (mil)	15	17	(8.4%)	(4.1%)	15.4	16.8	(8.4%)
Capacidade (equival. a 64 kbps) (mil)	186	172	8.5%	0.2%	186	172	8.5%
Digital (%)	96.1	95.5	0.6pp	0.1pp	96.1	95.5	0.6pp

A PT continua a manter a posição de liderança no mercado doméstico em termos do total de minutos de tráfego originado, bem como do parque de acessos principais e de acessos ADSL, apesar do aumento significativo da concorrência. Este desempenho foi conseguido em resultado da implementação com sucesso de medidas de fidelização dos clientes, assentes na diferenciação e inovação, ofertas competitivas em termos de preços, serviço ao cliente e qualidade de serviço.

O total de acessos da rede fixa registou no terceiro trimestre de 2005 um aumento líquido de 26 mil, suportado pelo elevado nível de adições líquidas de ADSL de retalho, que totalizaram 47 mil no período. No terceiro trimestre de 2005, as desmontagens líquidas de acessos PSTN/RDIS situaram-se em 38 mil, em resultado do aumento da concorrência e de uma conjuntura macroeconómica mais desfavorável. No final de Setembro de 2005, o número total de acessos da rede fixa situou-se em 4.471 mil, dos quais 3.833 mil acessos PSTN/RDIS, 547 mil acessos ADSL de retalho, 48 mil acessos ADSL de wholesale e 43 mil lacetes locais desagregados.

No terceiro trimestre de 2005, o ADSL de retalho continuou a registar um forte crescimento, tendo atingido um total de 547 mil clientes. Na sequência do upgrade dos clientes de banda larga, em que se multiplicou por quatro as velocidades oferecidas, aproximadamente 70% dos clientes de ADSL da PT dispõem já de velocidades superiores a 2 mbps. Após o sucesso do lançamento do serviço de instant messenger da PT – Sapo Messenger – no primeiro semestre de 2005, a PT lançou os serviços de VoIP softphone e vídeo no terceiro trimestre de 2005. O Sapo Messenger tinha mais de 300 mil utilizadores no final do terceiro trimestre de 2005.

Os planos de preços continuaram a registar um forte crescimento no terceiro trimestre de 2005, com as adições líquidas a totalizar 78 mil no período. O número total de planos de preços atingiu 1.408 mil no final do trimestre, equivalente a uma penetração de 43,0% dos acessos PSTN de retalho. Já no quarto

trimestre de 2005, a PT lançou novos planos de preços baseados em flat rates de tráfego ilimitado para vários períodos do dia. A PT lançou ainda, pela primeira vez, um plano de consumo ilimitado durante o mês, que permite a realização de todas as chamadas de voz dentro da própria rede por um valor mensal inferior a 30 euros.

No terceiro trimestre de 2005, o ARPU total (voz e dados) diminuiu 2,8%, face a igual período de 2004, para 34,8 euros. O ARPU de assinatura e voz (PSTN/RDIS excluindo Internet dial-up) decresceu 6,2% para 29,9 euros, em resultado da redução das receitas de tráfego, e o ARPU de dados (incluindo ADSL e Internet dial-up) aumentou 25,3%, representando já 13,9% do ARPU total no terceiro trimestre de 2005. O ARPU de ADSL situou-se em 28,6 euros no terceiro trimestre de 2005, face a 32,7 euros no terceiro trimestre de 2004. A diluição do ARPU de ADSL resultou do aumento da penetração do produto pré-pago.

No terceiro trimestre de 2005, as tarifas de interligação diminuíram 9,4%, face a igual período de 2004, tanto na terminação como na originação de comunicações.

A PT continua a ser o operador líder no mercado de dados e de soluções integradas em Portugal. No terceiro trimestre de 2005, a venda de capacidade de Internet a clientes empresariais aumentou 138,4%, face a igual período do ano anterior, devido à expansão da oferta de ADSL. No terceiro trimestre de 2005, o número total de acessos de comunicação de dados aumentou 1,9% face a igual período do ano anterior. A capacidade dos circuitos alugados a clientes finais aumentou 8,5% no terceiro trimestre de 2005 e a capacidade digital atingiu 96,1% do total da capacidade dos circuitos alugados, um aumento de 0,6pp face ao terceiro trimestre de 2004.

Tabela 20 – Detalhe do Tráfego de Rede Fixa

Milhões de minutos	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Tráfego total	3,589	3,900	(8.0%)	(5.0%)	11,176	12,517	(10.7%)
Retalho	1,515	1,687	(10.2%)	(8.7%)	4,850	5,472	(11.4%)
Fixo-fixo nacional	1,018	1,149	(11.4%)	(9.2%)	3,288	3,763	(12.6%)
Fixo-móvel	216	232	(7.2%)	(1.5%)	643	700	(8.3%)
Internacional	110	94	17.2%	7.1%	307	275	11.7%
Outro	171	212	(19.2%)	(20.8%)	612	733	(16.6%)
Wholesale	2,075	2,213	(6.2%)	(2.1%)	6,327	7,045	(10.2%)
Internet	405	691	(41.4%)	(15.7%)	1,449	2,529	(42.7%)
Tráfego originado na rede fixa	2,468	2,889	(14.6%)	(8.6%)	7,947	9,504	(16.4%)
MOU do tráfego originado (min./mês)	214	242	(11.8%)	(7.0%)	227	264	(14.3%)
MOU de retalho (min./mês)	155	164	(5.4%)	(6.6%)	162	175	(7.2%)
MOU fixo-fixo nacional (min./mês)	88	96	(8.6%)	(8.2%)	94	105	(10.3%)

No terceiro trimestre de 2005, o tráfego total diminuiu 8,0% face ao terceiro trimestre de 2004, em resultado dos decréscimos de 10,2% no tráfego de retalho e de 6,2% no tráfego de wholesale, determinado essencialmente pela queda de 41,4% no tráfego de Internet de banda estreita, devido à forte expansão da banda larga. O tráfego fixo-fixo nacional decresceu 11,4% no terceiro trimestre de 2005 face a igual período do ano anterior. O MOU de retalho, excluindo as linhas de pré-selecção, decresceu 5,4% para 155 minutos no terceiro trimestre de 2005, face a igual período de 2004. No terceiro trimestre de 2005, o tráfego internacional aumentou 17,2% face ao terceiro trimestre de 2004, em resultado do forte crescimento no número de cartões pré-pagos de chamadas.

9. NEGÓCIO MÓVEL PORTUGAL (TMN)

Tabela 21 – Demonstração de Resultados do Negócio Móvel Portugal ⁽¹⁾

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Proveitos operacionais	411.4	425.4	(3.3%)	10.1%	1,159.6	1,191.1	(2.6%)
Prestação de serviços	364.5	376.4	(3.2%)	5.8%	1,051.6	1,078.2	(2.5%)
Billing	293.5	285.2	2.9%	6.6%	831.1	807.5	2.9%
Interligação	71.0	91.2	(22.2%)	2.3%	220.5	270.7	(18.5%)
Vendas	44.7	46.4	(3.7%)	58.1%	103.2	104.9	(1.6%)
Outros proveitos operacionais	2.3	2.6	(12.0%)	132.1%	4.7	8.1	(41.3%)
Custos oper. recorr., excl. amortiz.	238.7	219.6	8.7%	14.5%	652.6	627.2	4.0%
Custos com pessoal	14.9	12.8	16.9%	5.9%	43.4	40.1	8.4%
Custos directos dos serviços prestados	79.7	82.6	(3.5%)	5.2%	235.0	237.1	(0.9%)
Custos de telecomunicações	73.1	77.5	(5.6%)	6.2%	214.9	219.9	(2.3%)
Outros	6.6	5.1	29.8%	(5.0%)	20.1	17.2	16.6%
Custo das mercadorias vendidas	61.6	51.4	19.9%	48.7%	139.2	111.2	25.2%
Marketing e publicidade	8.3	5.3	55.9%	7.6%	24.5	20.3	20.5%
Serviços de suporte	7.1	6.2	15.2%	70.3%	16.1	18.1	(10.8%)
Fornecimentos e serviços externos	42.1	39.7	6.1%	(2.9%)	127.6	119.9	6.4%
Provisões	7.7	6.0	28.7%	89.4%	16.5	32.4	(48.9%)
Outros custos operacionais	17.2	15.8	9.3%	(3.4%)	50.2	48.2	4.3%
EBITDA	172.8	205.8	(16.0%)	4.5%	507.0	563.9	(10.1%)
Amortizações	51.4	52.2	(1.5%)	1.3%	152.9	147.5	3.7%
Resultado operacional recorrente	121.4	153.6	(21.0%)	5.9%	354.1	416.4	(15.0%)
Margem EBITDA	42.0%	48.4%	(6.4pp)	(2.2pp)	43.7%	47.3%	(3.6pp)
Capex	56.3	26.5	112.2%	94.9%	104.0	62.0	67.8%
Capex em % dos proveitos operacionais	13.7%	6.2%	7.4pp	6.0pp	9.0%	5.2%	3.8pp
EBITDA menos Capex	116.5	179.2	(35.0%)	(14.7%)	403.0	501.9	(19.7%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Os proveitos operacionais da TMN no terceiro trimestre de 2005 registaram uma redução de 3,3% face ao terceiro trimestre de 2004, totalizando 411 milhões de euros, em resultado essencialmente do impacto da redução das tarifas de interligação nas receitas de serviço. De facto, o aumento das receitas de clientes de 2,9% no terceiro trimestre de 2005 face ao período homólogo, resultante do crescimento do número de clientes pós-pagos e das receitas de dados, não foi suficiente para compensar a redução de 22,2% nas receitas de interligação. Como resultado, as receitas de serviços diminuíram 3,2% no terceiro trimestre de 2005, para 364 milhões de euros. A forte descida das receitas de interligação ficou-se a dever essencialmente à redução das tarifas de interligação, tanto fixo-móvel como móvel-móvel, nos últimos trimestres. A redução nas tarifas de interligação no início de Julho, para 13,5 cêntimos, traduziu-se numa descida média de 27,2% das tarifas de interligação no terceiro trimestre de 2005. Excluindo o impacto da descida das tarifas de interligação, os proveitos operacionais teriam aumentado 2,3% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior.

No terceiro trimestre de 2005, o EBITDA atingiu 173 milhões de euros, uma redução de 16,0% face ao terceiro trimestre de 2004, em resultado principalmente: (1) da forte redução das tarifas de interligação, a qual teve um impacto no EBITDA do trimestre de 13 milhões de euros; (2) do aumento dos custos de aquisição e retenção de clientes relacionados com a expansão do 3G, e (3) do acréscimo de outros custos relacionados com a expansão da rede 3G, nomeadamente o aumento dos custos de circuitos alugados. A margem EBITDA no terceiro trimestre de 2005 foi de 42,0%.

No terceiro trimestre de 2005, o capex ascendeu 56 milhões de euros, equivalente a 13,7% dos proveitos operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para a capacidade e cobertura de rede, incluindo o lançamento dos serviços de 3G (53% do capex de rede), e para a melhoria da qualidade de serviço e da relação com os clientes. O EBITDA menos Capex atingiu 116 milhões de euros, equivalente a 28,3% dos proveitos operacionais.

Tabela 22 – Dados Operacionais do Negócio Móvel Portugal

	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Cientes (mil)	5,215	4,941	5.5%	2.1%	5,215	4,941	5.5%
Adições líquidas (mil)	107	69	55.6%	n.s.	162	54	198.1%
MOU (minutos)	125.0	125.4	(0.3pp)	2.2%	121.3	121.3	0.1pp
ARPU (euros)	23.4	25.5	(8.3%)	3.5%	22.9	24.4	(6.1%)
Customer bill	18.9	19.4	(2.5%)	4.3%	18.1	18.3	(0.9%)
Interligação	4.6	6.2	(26.3%)	0.1%	4.8	6.1	(21.6%)
ARPM (cêntimos euro)	18.7	20.4	(8.1%)	1.2%	18.9	20.1	(6.1%)
Dados em % das receitas (%)	11.6	9.9	1.7pp	0.7pp	11.2	9.5	1.6pp
SARC (euros)	54.4	36.5	49.0%	(20.5%)	59.8	42.8	39.8%
CCPU ⁽¹⁾ (euros)	12.1	11.3	6.8%	7.1%	11.5	11.1	3.6%
ARPU menos CCPU (euros)	11.4	14.2	(20.2%)	(0.1%)	11.4	13.3	(14.2%)

(1) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e venda de terminais por utilizador.

No terceiro trimestre de 2005, a TMN continuou a construir a sua posição de liderança no mercado móvel em Portugal. Na sequência do processo de expansão do serviço 3G em Portugal, a TMN lançou uma marca independente de baixo custo, a UZO, com o objectivo de servir melhor tanto os actuais como novos segmentos de mercado. No final do terceiro trimestre, a TMN reformulou a sua imagem de marca, com a introdução de um novo logótipo e slogan, apresentando-se no mercado como uma imagem de proximidade.

As adições líquidas registadas no terceiro trimestre de 2005 ascenderam a 107 mil, reflectindo a expansão de 3G e o sucesso inicial do UZO. Como resultado, o número total de clientes aumentou 5,5% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior, para 5.215 mil clientes. Os clientes pós-pagos representaram aproximadamente 18% do total das adições líquidas no terceiro trimestre de 2005, face a 4% no mesmo período do ano anterior. Os clientes pós-pagos registaram deste modo um crescimento de 13,1% em relação ao ano anterior, tendo o peso do segmento pré-pago decrescido para 83% da base total de clientes. A expansão de 3G teve uma evolução positiva no trimestre, com o número de clientes 3G a ascender a 226 mil no final de Setembro de 2005.

O ARPU no terceiro trimestre de 2005 diminuiu 8,3%, face ao mesmo período do ano anterior, para 23,4 euros, em resultado da descida do ARPM que decresceu 8,1% no terceiro trimestre de 2005, reflectindo a descida das tarifas de interligação. A utilização média mensal (MOU) manteve-se estável no terceiro trimestre de 2005, nos 125,0 minutos, apesar do ambiente macroeconómico mais desfavorável.

As receitas de serviços de dados tem continuado a suportar a evolução do ARPU, representando já 11,6% das receitas de serviço no terceiro trimestre de 2005, face a 9,9% em igual período do ano anterior. O aumento das receitas de serviços de dados está essencialmente relacionado com o crescimento de serviços de dados que não os SMS, que já representaram 21,6% do total das receitas de dados no período. Os jogos, toques, desporto e downloads de vídeo constituem os downloads mais utilizados diariamente. O número de mensagens (SMS) no terceiro trimestre de 2005 totalizou 411 milhões, equivalente a cerca de 55 mensagens por mês por utilizador activo de SMS. O número total de clientes que utilizam o serviço

SMS representava cerca de 48% da base total de clientes. Em 30 de Setembro de 2005, a TMN detinha 518 mil clientes activos de MMS e 873 mil utilizadores do portal multimédia (I9).

10. NEGÓCIO MÓVEL BRASIL (VIVO)

Tabela 23 – Demonstração de Resultados do Negócio Móvel Brasil ⁽¹⁾

Milhões de reais	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Proveitos operacionais	3,019.6	2,900.1	4.1%	(4.5%)	8,961.1	8,469.9	5.8%
Prestação de serviços	2,642.3	2,618.1	0.9%	(1.9%)	7,815.6	7,680.0	1.8%
Vendas	319.9	228.3	40.1%	(18.3%)	935.9	637.6	46.8%
Outros proveitos operacionais	57.4	53.7	6.9%	(24.5%)	209.6	152.3	37.6%
Custos oper. recorr., excl. amortiz.	2,192.9	2,016.9	8.7%	(14.3%)	6,537.0	5,667.2	15.3%
Custos com pessoal	151.9	152.9	(0.7%)	(1.3%)	460.5	440.2	4.6%
C. directos serv. prest. (inclui custo tel.)	287.2	246.2	16.7%	(18.8%)	926.0	765.8	20.9%
Custo das mercadorias vendidas	594.5	668.5	(11.1%)	(28.9%)	1,904.6	1,846.2	3.2%
Marketing e publicidade	104.3	97.2	7.3%	(12.3%)	316.4	300.2	5.4%
Serviços de suporte	212.9	206.3	3.2%	13.1%	569.7	550.9	3.4%
Fornecimentos e serviços externos	402.5	358.7	12.2%	(7.7%)	1,167.9	989.1	18.1%
Provisões	201.9	89.3	126.0%	20.1%	480.5	256.5	87.3%
Outros custos operacionais	237.8	197.8	20.2%	(21.8%)	711.4	518.4	37.2%
EBITDA	826.7	883.2	(6.4%)	37.2%	2,424.1	2,802.7	(13.5%)
Amortizações	573.3	516.1	11.1%	(7.6%)	1,703.3	1,529.2	11.4%
Resultado operacional recorrente	253.4	367.1	(31.0%)	n.s.	720.8	1,273.5	(43.4%)
Margem EBITDA	27.4%	30.5%	(3.1pp)	8.3pp	27.1%	33.1%	(6.0pp)
Capex	391.1	665.2	(41.2%)	(5.2%)	1,338.9	1,167.5	14.7%
Capex em % dos proveitos operacionais	13.0%	22.9%	(10.0pp)	(0.1pp)	14.9%	13.8%	1.2pp
EBITDA menos Capex	435.6	218.0	99.8%	129.4%	1,085.2	1,635.1	(33.6%)

(1) Informação preparada de acordo com os IFRS.

Os proveitos operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os IFRS, aumentaram 4,1% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior, para 3.020 milhões de reais, reflectindo essencialmente o acréscimo de 40,1% das receitas de vendas de equipamentos, relacionado com o aumento das vendas de equipamentos topo de gama no trimestre.

O EBITDA diminuiu 6,4% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período do ano anterior, para 827 milhões de reais. A margem EBITDA decresceu 3,1pp para 27,4% no trimestre, reflectindo essencialmente o aumento das provisões, maioritariamente relacionado com dívidas de cobrança duvidosa, e o aumento dos custos com o espectro.

O capex diminuiu 41,2% para 391 milhões de reais no terceiro trimestre de 2005, equivalente a 13,0% dos proveitos operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para a expansão da capacidade e das tecnologias 1xRTT e EV-DO, bem como para a cobertura de CDMA nas regiões onde a CRT e a TCO operam e para a integração dos sistemas de facturação, CRM e ERP entre as subsidiárias da Vivo. O EBITDA menos Capex no terceiro trimestre de 2005 aumentou 99,8%, face a igual período do ano anterior, para 436 milhões de reais, em resultado do decréscimo do capex.

Tabela 24 – Dados Operacionais do Negócio Móvel Brasil ⁽¹⁾

	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Clientes (mil)	28,840	24,645	17.0%	1.4%	28,840	24,645	17.0%
Quota de mercado áreas de operação (%)	45.9	53.3	(7.4pp)	(1.7pp)	45.9	53.3	(7.4pp)
Adições líquidas (mil)	394	1,131	(65.1%)	(73.5%)	2,298	3,989	(42.4%)
Churn total (%)	23.4	22.2	1.2pp	2.9pp	21.3	22.0	(0.6pp)
MOU (minutos)	76.3	86.6	(11.9%)	(3.0%)	79.1	90.0	(12.1%)
ARPU (reais)	28.2	32.1	(11.9%)	(1.3%)	28.5	33.3	(14.3%)
Dados em % das receitas (%)	6.2	3.7	2.5pp	0.1pp	6.0	4.0	2.0pp
SARC (reais)	170.6	176.0	(3.1%)	(7.5%)	173.9	147.4	18.0%
CCPU ⁽²⁾ (reais)	16.7	18.6	(9.8%)	(14.7%)	17.3	18.4	(6.1%)
ARPU menos CCPU (reais)	11.5	13.5	(14.9%)	28.2%	11.3	14.9	(24.3%)

(1) Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro.

(2) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e venda de terminais por utilizador.

A Vivo detinha 28.840 mil clientes no final de Setembro de 2005, um aumento de 17,0% face a igual período do ano anterior. A Vivo adicionou 394 mil novos clientes no terceiro trimestre de 2005, com a sua quota de mercado a situar-se em 45,9% nas regiões onde opera e 36,1% no mercado total brasileiro. Os clientes pós-pagos representaram 35,3% do total das adições líquidas do trimestre, face a 10,1% no terceiro trimestre de 2004, reflectindo o aumento do enfoque da Vivo no segmento de clientes de médio e topo de gama, bem como o nível mais elevado de barreiras à entrada para o segmento pré-pago no trimestre. Os clientes pré-pagos representavam 80,4% da base total de clientes da Vivo no final de Setembro de 2005.

No terceiro trimestre de 2005, o mercado continuou muito competitivo com a actividade comercial a ser centrada no Dia do Pai. Os custos de aquisição e retenção de clientes (SARC) diminuíram 3,1%, para 171 reais, em resultado de uma menor subsidiação no trimestre, que mais do que compensou o aumento das comissões e dos custos de marketing em termos unitários.

Neste contexto, a Vivo lançou novas campanhas comerciais com o objectivo de promover o tráfego na própria rede e a utilização de dados. Adicionalmente, a Vivo continuou a liderar em termos de inovação, tendo lançado serviços de 3G (Vivo Play 3G) para o segmento empresarial nas cidades mais importantes. As receitas de dados representaram 6,2% das receitas de serviços no terceiro trimestre de 2005, face a 3,7% no terceiro trimestre de 2004. Aproximadamente 37% das receitas de dados foram provenientes de outros serviços de dados que não os SMS, como downloads, acesso à Internet e outros. O número médio de downloads no trimestre foi de 1.150 mil por mês, uma vez que a Vivo tem continuado a promover activamente os serviços de dados 3G, baseados na plataforma 1xRTT e EV-DO.

No terceiro trimestre de 2005, o MOU total registou uma redução de 11,9% face a igual período do ano anterior, situando-se em 76,3 minutos, devido essencialmente à evolução negativa do tráfego de entrada (com o respectivo MOU a decrescer aproximadamente 17%), em particular nos pré-pagos que houve um impacto do rebalanceamento das tarifas e do aumento dos preços de interligação fixo-móvel (V-UM). O MOU pós-pago aumentou 3,7% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período de 2004, reflectindo o forte crescimento do MOU originado.

O ARPU total da Vivo no terceiro trimestre de 2005 foi de 28,2 reais, uma redução de 11,9% face a igual período do ano anterior, principalmente em resultado da descida do tráfego de entrada, do impacto do reposicionamento dos planos de preços pós-pagos ("right planning") e do aumento do peso dos clientes pré-pagos na base de clientes.

11. NEGÓCIO MULTIMÉDIA (PT MULTIMEDIA)

Tabela 25 – Demonstração de Resultados do Negócio Multimédia ⁽¹⁾

Milhões de euros	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Proveitos operacionais	158.6	147.9	7.3%	6.3%	464.4	433.7	7.1%
TV por subscrição e Internet por cabo	138.9	126.6	9.7%	4.2%	410.0	370.0	10.8%
Audiovisuais	19.5	21.3	(8.5%)	24.6%	53.9	63.6	(15.3%)
Outros	0.2	(0.0)	n.s.	(1.4%)	0.5	0.1	n.s.
Custos oper. recorr., excl. amortiz.	110.9	100.5	10.3%	7.6%	321.9	300.1	7.2%
Custos com pessoal	10.2	10.2	0.1%	(4.0%)	31.3	31.1	0.7%
Custos directos dos serviços prestados	49.2	44.2	11.2%	2.6%	146.5	133.4	9.8%
Custos de programação	34.0	30.9	10.1%	1.2%	101.1	91.0	11.2%
Custos de telecomunicações	7.3	6.0	21.5%	(6.1%)	22.9	19.3	19.0%
Outros	7.9	7.3	7.6%	20.6%	22.4	23.1	(3.0%)
Custo das mercadorias vendidas	3.2	3.1	3.8%	(17.0%)	11.4	10.2	11.8%
Marketing e publicidade	4.8	5.1	(6.2%)	(5.0%)	13.8	16.8	(18.2%)
Serviços de suporte	11.9	8.3	43.8%	6.7%	31.3	25.3	23.6%
Fornecimentos e serviços externos	20.4	20.3	0.4%	(4.6%)	61.9	62.4	(0.7%)
Provisões	5.9	1.9	213.8%	n.s.	9.8	3.8	153.8%
Outros custos operacionais	5.3	7.4	(28.6%)	30.0%	15.9	17.1	(7.1%)
EBITDA	47.8	47.4	0.8%	3.3%	142.6	133.6	6.7%
Amortizações	16.1	13.7	17.6%	9.9%	44.4	38.5	15.3%
Resultado operacional recorrente	31.7	33.7	(6.1%)	0.3%	98.2	95.1	3.2%
Margem EBITDA	30.1%	32.1%	(1.9pp)	(0.9pp)	30.7%	30.8%	(0.1pp)
Capex	19.8	12.0	64.9%	(50.0%)	75.4	34.2	120.4%
Capex em % dos proveitos operacionais	12.5%	8.1%	4.4pp	(14.1pp)	16.2%	7.9%	8.3pp
EBITDA menos Capex	28.0	35.4	(21.0%)	n.s.	67.2	99.4	(32.4%)

(1) Inclui transacções intragrupo.

Os proveitos operacionais da PTM aumentaram 7,3% no terceiro trimestre de 2005, face ao período homólogo de 2004, para 159 milhões de euros, em resultado do crescimento dos proveitos operacionais da TV por subscrição e Internet por cabo, reflectindo: (1) a crescente penetração do serviço de Internet de banda larga; (2) o aumento do preço do pacote básico do serviço de TV por subscrição, e (3) a adesão a pacotes de serviços de TV por subscrição com um maior número de canais. Os proveitos operacionais dos audiovisuais diminuíram 8,5% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período de 2004, em resultado da redução verificada nas assistências de exibição cinematográfica devido ao menor número de blockbusters.

O EBITDA da PTM aumentou 0,8% no terceiro trimestre de 2005, face ao terceiro trimestre de 2004, para 48 milhões de euros, e a margem EBITDA foi de 30,1%. O forte crescimento das receitas de TV por subscrição e Internet por cabo foi compensado pelo aumento: (1) dos custos de programação do novo serviço digital de televisão Funtastic Life, dos novos canais premium e da Sport TV (3 milhões de euros); (2) dos custos com os serviços de apoio aos clientes para suportar o lançamento do novo serviço digital, o processo de digitalização do serviço premium e a entrada em funcionamento dos novos sistemas de informação (2 milhões de euros), e (3) das provisões relativas às dívidas de cobrança duvidosa (4 milhões de euros). O EBITDA aumentou 6,7% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período de 2004, para 143 milhões de euros, com a margem EBITDA a situar-se em 30,7%.

No terceiro trimestre de 2005, o capex da PTM aumentou para 20 milhões de euros, equivalente a 12,5% dos proveitos operacionais, principalmente em resultado de investimentos em sistemas de informação, em set top boxes, na rede e na expansão do circuito de cinemas. Aproximadamente 29% do total do capex foi direccionado para investimentos em set top boxes. O EBITDA menos Capex totalizou 28 milhões de euros

no terceiro trimestre de 2005, equivalente a 17,6% dos proveitos operacionais. O capex da PTM inclui o custo capitalizado de transponders utilizados no negócio de TV por subscrição, que estão alugados através de contratos de longo prazo. A PTM está a analisar a possibilidade de estabelecer contratos de serviços de telecomunicações de longo prazo, de forma a alinhar as suas práticas (de opex e capex) com as dos seus comparáveis.

Tabela 26 – Dados Operacionais do Negócio de TV por Subscrição e Internet por Cabo ⁽¹⁾

	3T05	3T04	Δ 05/04	Δ 3T/2T	9M05	9M04	Δ 05/04
Casas passadas (mil)	2,627	2,529	3.9%	1.8%	2,627	2,529	3.9%
Com capacidades interactivas (mil)	2,504	2,371	5.6%	1.9%	2,504	2,371	5.6%
Clientes TV por subscrição ^{(2) (3)} (mil)	1,485	1,517	(2.1%)	2.0%	1,485	1,517	(2.1%)
Cabo	1,096	1,140	(3.8%)	2.5%	1,096	1,140	(3.8%)
Satélite	389	378	2.9%	0.6%	389	378	2.9%
Adições líquidas TV por subscrição (mil)	20	30	(33.9%)	180.8%	36	76	(52.3%)
Taxa penetração do cabo (%)	41.7	45.1	(3.3pp)	0.4pp	41.7	45.1	(3.3pp)
Subscrições premium ⁽³⁾ ('000)	797	850	(6.2%)	(7.7%)	797	850	(6.2%)
Pay to basic ratio (%)	53.7	56.0	(2.4pp)	0.0pp	53.7	56.0	(2.4pp)
Acessos banda larga via cabo (mil)	341	290	17.9%	7.0%	341	290	17.9%
Adições líquidas banda larga cabo (mil)	9	21	(57.3%)	(35.8%)	36	59	(39.1%)
ARPU total (euros)	28.3	25.6	10.4%	6.3%	27.8	25.2	10.3%

(1) Em resultado de uma limpeza da base de dados no segundo trimestre de 2005, na sequência da migração para os novos sistemas de CRM, aprovisionamento e facturação, o número de clientes de TV por subscrição no final do 2T05, 1T05 e 4T04 foi, respectivamente, de 1.465 mil, 1.456 mil e 1.449 mil. O número ajustado de clientes de banda larga via cabo foi no final do 2T05, 1T05 e 4T04 de 333 mil, 319 mil e 305 mil, respectivamente.

(2) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV por subscrição. Saliente-se que a TV por subscrição oferece vários pacotes básicos, suportados em diversas tecnologias, direccionados para diferentes segmentos de mercado (doméstico, imobiliário e hotelaria), com distinto âmbito geográfico (Portugal continental, ilhas e internacional) e com um número variável de canais.

(3) Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (i.e., promoções do tipo "Experimente e Compre").

O número de casas passadas totalizou 2.627 mil no final de Setembro de 2005, das quais 95,3% dispõem de capacidade para Internet de banda larga. O serviço de TV por subscrição adicionou 20 mil clientes no terceiro trimestre de 2005, totalizando 1.485 mil clientes no final de Setembro de 2005, dos quais 1.096 mil por cabo e 389 mil por satélite. No terceiro trimestre de 2005, a PTM iniciou um programa de expansão da sua rede de cabo para zonas de elevada densidade populacional contíguas às actualmente cabladas. No âmbito deste programa, a PTM prevê aumentar o número de casas passadas em cerca de 400 mil até ao final de 2006.

Os clientes de banda larga aumentaram 17,9% no terceiro trimestre de 2005, face a igual período de 2004, totalizando 341 mil no final de Setembro de 2005. Aproximadamente 9 mil clientes Netcabo foram adicionados no terceiro trimestre de 2005, com a taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes por cabo a aumentar para 31,1% no final de Setembro de 2005, face a 25,4% no mesmo período do ano anterior. Na sequência do upgrade dos serviços de banda larga, em que se multiplicou por quatro as velocidades oferecidas, a PTM lançou o serviço VoIP e vídeo grátis entre PCs para os utilizadores do serviço de instant messenger (Sapo Messenger).

No terceiro trimestre de 2005, a PTM continuou o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição, tendo o número instalado de set top boxes digitais ultrapassado as 428 mil no final de Setembro de 2005. Lançado em Maio de 2005, o serviço de TV digital Funtastic Life, com 60 canais, tem registado uma forte adesão, contando já com 123 mil clientes no final do trimestre. Em Setembro de 2005, o negócio de TV por subscrição lançou, no pacote do serviço digital, um novo canal desportivo português (Sport TV2), reforçando assim a oferta do serviço de TV por subscrição com um maior número de canais.

Adicionalmente, o serviço de TV digital Funtastic Life irá incluir mais cinco novos canais, os quais serão adicionados no pacote a partir de 15 de Novembro. O número de subscrições dos serviços premium diminuiu 6,2% no final de Setembro de 2005, face ao mesmo período do ano anterior, para 797 mil, correspondendo a um pay to basic ratio de 53,7%, reflectindo essencialmente a situação macroeconómica mais desfavorável.

O ARPU total da TV por subscrição e Internet por cabo no terceiro trimestre de 2005 aumentou 10,4%, face ao período homólogo, para 28,3 euros, reflectindo o aumento da penetração dos serviços de banda larga e o aumento do preço dos serviços de TV por subscrição.

12. OUTROS INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS

Tabela 27 – Destaques Financeiros dos principais Activos em Africa e na Ásia (9M05) ^{(1) (2)}

Milhões	Posição	Proveitos moeda local	Δ 05/04	EBITDA moeda local	Δ 05/04	Margem EBITDA	Proveitos euros	EBITDA euros
Médi Télécom	32.18%	3,253.6	22.3%	1,276.9	12.5%	39.2%	294.9	115.7
Unitel	25.00%	304.4	95.8%	214.9	106.2%	70.6%	240.9	170.1
CTM	28.00%	1,415.2	14.5%	580.3	9.7%	41.0%	139.6	57.3
CVT	40.00%	4,399.8	4.1%	2,617.5	4.6%	59.5%	39.9	23.7
CST	51.00%	78,863.5	8.2%	26,772.6	(1.5%)	33.9%	6.1	2.1

(1) Todas as informações calculadas em GAAP local.

(2) Referente a 100% das empresas. A PT tem um contrato de gestão na Médi Télécom, CVT e Unitel.

Nos primeiros nove meses de 2005, os proveitos operacionais da Médi Télécom aumentaram 22,3% face ao período homólogo, para 3.254 milhões de dirham marroquinos, enquanto que o EBITDA subiu 12,5%, para 1.277 milhões de dirham. A base total de clientes aumentou 49,7% face a Setembro de 2004, para 3.849 mil clientes, com as adições líquidas nos primeiros nove meses de 2005 a totalizarem 915 mil. O MOU decresceu 11,0% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período do ano anterior, situando-se em 62 minutos. O ARPU foi de 107,3 dirham nos primeiros nove meses de 2005, um decréscimo de 20,8% face a igual período de 2004, em resultado do aumento da base de clientes e do aumento do peso dos clientes pré-pagos na base de clientes.

Os proveitos operacionais e o EBITDA da Unitel registaram um crescimento de 95,8% e 106,2% nos primeiros nove meses de 2005 face aos primeiros nove meses de 2004, respectivamente, devido ao forte crescimento da base de clientes. As adições líquidas totalizaram 395 mil nos primeiros nove meses de 2005, com a base total de clientes a atingir 935 mil no final do período, um acréscimo de 147,8% face ao período homólogo. Nos primeiros nove meses de 2005, o MOU decresceu 24,8% face a igual período do ano anterior, situando-se em 175,3 minutos, em resultado do crescimento da base de clientes. O ARPU totalizou 45,9 dólares nos primeiros nove meses de 2005, um decréscimo de 23,7%, devido essencialmente ao forte crescimento da base de clientes.

Os proveitos operacionais da CTM aumentaram 14,5% nos primeiros nove meses de 2005 face a igual período de 2004, para 1.415 milhões de patacas, em resultado do crescimento dos clientes móveis e de banda larga. O EBITDA registou um acréscimo de 9,7%, face ao período homólogo, reflectindo o crescimento dos proveitos. No segmento móvel, o ARPU da CTM foi de 222,4 patacas nos primeiros nove meses de 2005, o que representa uma diminuição de 6,9% face ao período homólogo, essencialmente em resultado das elevadas pressões competitivas e do aumento no segmento pré-pago.

Em Cabo Verde, os proveitos operacionais e o EBITDA da CVT aumentaram 4,1% e 4,6%, respectivamente, face a igual período do ano anterior. No segmento de rede fixa, o número total de acessos decresceu 2,0% nos primeiros nove meses de 2005, face aos primeiros nove meses de 2004, para 72 mil, enquanto que a base de clientes do segmento móvel registou um crescimento de 39,7% face aos primeiros nove meses de 2004, para 75 mil clientes. O MOU atingiu 81,2 minutos, um decréscimo de 1,1% nos primeiros nove meses de 2005 face ao período homólogo. O ARPU foi de 2.362 escudos nos primeiros nove meses de 2005, uma diminuição de 10,2% face a igual período de 2004, em resultado do forte crescimento da base de clientes.

Em São Tomé e Príncipe, os proveitos operacionais da CST aumentaram 8,2% face aos primeiros nove meses de 2004, para 78.864 milhões de dobras nos primeiros nove meses de 2005, e o EBITDA registou um decréscimo de 1,5%, para 26.773 milhões de dobras. No segmento móvel, a CST adicionou 2.571 novos clientes nos primeiros nove meses de 2005, atingindo no final do período um total de 10,316 clientes. O MOU decresceu 12,8% nos primeiros nove meses de 2005, face a igual período de 2004, situando-se em 86,5 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU foi de 375 mil dobras nos primeiros nove meses de 2005, um decréscimo de 4,7% face a igual período do ano anterior.

13. EVENTOS DO 3º TRIMESTRE E DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Novos Serviços

- > Em 7 de Julho de 2005, a PT anunciou o lançamento de serviços VoIP softphone em Portugal. Este produto foi desenvolvido em parceria com a Jabber, em Denver, a Xten, em Vancouver, que desenvolveram o software de VoIP para a Vonage e a Yahoo!, e a Critical Software, em Portugal. O serviço encontra-se disponível para todos os clientes da PT que utilizam o serviço de instant messenger do grupo – o Sapó Messenger. Os clientes do Sapó Messenger passaram a ter disponível o serviço VoIP e vídeo grátis entre PC's, tornando-o num dos serviços de instant messenger que agrega o maior número de funcionalidades de comunicação actualmente disponíveis no mercado.

Dívida

- > Em 27 de Setembro de 2005, a Moody's procedeu à alteração do outlook, para os ratings A3 de dívida de longo-prazo da PT, de estável para negativo.
- > Em 21 de Outubro de 2005, a Standard & Poor's procedeu à alteração do outlook, para os ratings A- de crédito da PT, de estável para negativo.

Investimentos Internacionais

- > Em 28 de Julho de 2005, a PT anunciou a criação da Ásia PT, a qual agrega todos os negócios que a PT gere no continente asiático.

Alienação de Activos

- > Em 5 de Agosto de 2005, a PT estabeleceu um acordo com a Embratel para a alienação da sua participação de 100% na PrimeSys, no Brasil, por um montante total de 231 milhões de reais, equivalente a 81 milhões de euros, ajustado pela taxa interbancária brasileira (CDI) até à data de

finalização da transacção, a qual está sujeita à aprovação da entidade reguladora de telecomunicações local. Em 2004, os proveitos operacionais e o EBITDA da PrimeSys totalizaram 253 milhões de reais e 35 milhões de reais, respectivamente. O impacto nas contas da PT dos custos da PrimeSys com alugueres de circuitos foi de 78 milhões de euros.

- > Em 10 de Agosto de 2005, a Autoridade da Concorrência comunicou à Olivedesportos a não-oposição à aquisição por aquela sociedade da Lusomundo Serviços, a qual inclui 80,91% da Lusomundo Media. Na sequência desta decisão, em 25 de Agosto de 2005, a PT Multimedia executou a venda da Lusomundo Serviços à Olivedesportos, a qual resultou numa entrada de cash no montante de 174 milhões de euros para a PT.

Conselho de Administração

- > Em 28 de Julho de 2005, a PT anunciou que o administrador Fernando Ulrich renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração do Grupo, na sequência da venda da participação na PT do Banco BPI. Os fundos do Banco BPI detêm 0,63% do capital social da PT e 2,72% do capital social da PTM.

14. MAIORES PARTICIPAÇÕES

Tabela 28 – Maiores Participações

Empresa	País	Negócio	Participação de capital	Metodo de consolidação
Rede fixa	Portugal	Rede fixa	100.00%	Consolidação integral
TMN	Portugal	Móvel	100.00%	Consolidação integral
Brasilcel (Vivo)	Brasil	Móvel	50.00%	Consolidação proporcional
TCP	Brasil	Móvel	66.10%	
TCO Celular	Brasil	Móvel	52.47%	
Global Telecom	Brasil	Móvel	100.00%	
Tele Sudeste Celular	Brasil	Móvel	91.03%	
Celular CRT	Brasil	Móvel	68.77%	
Tele Leste Celular	Brasil	Móvel	50.67%	
PT Multimedia ⁽¹⁾	Portugal	Multimédia	58.43%	Consolidação integral
CTM	Macau	Rede fixa/móvel	28.00%	Metodo de equivalência patrimonial
Médi Télécom	Marrocos	Móvel	32.18%	Metodo de equivalência patrimonial
Cabo Verde Telecom	Cabo Verde	Rede fixa/móvel	40.00%	Consolidação integral
Unitel	Angola	Móvel	25.00%	Metodo de equivalência patrimonial
CST	São Tome e Príncipe	Rede fixa/móvel	51.00%	Consolidação integral

(1) A 30 de Setembro de 2005, a PT tinha acesso a 9,9% do capital da PTM através de contratos de equity swap. Adicionalmente, a PT estabeleceu contratos de derivativos, que lhe dão a opção de adquirir adicionalmente 4,9% do capital da PTM, de acordo com determinados termos e condições.

15. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards) em 2005, tendo aplicado para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards” sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004. Anteriormente, as demonstrações financeiras do Grupo eram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação complementar (“POC”). Os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2004, foram calculados de forma retrospectiva, tal como determinado pelo IFRS 1.

Principais diferenças entre os IFRS e o POC

1. Obrigações com o desmantelamento de activos

De acordo com os IFRS, o custo de aquisição dos activos tangíveis deverá incorporar o valor das obrigações de desmantelamento, remoção ou reposição da situação inicial, desde que o mesmo possa ser estimado com razoável fiabilidade e que o seu pagamento seja provável. De acordo com o POC, o reconhecimento destas obrigações deverá ser efectuado no momento em que o respectivo custo seja incorrido.

2. Transacções de Sale and Lease Back

No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, o Grupo celebrou contratos de QTE sobre equipamentos de telecomunicações e operações de venda e aluguer de imóveis, tendo recebido up-front fees na data de celebração dos referidos contratos. De acordo com os IFRS, estas operações consubstanciam um sale and lease back, pelo que os ganhos obtidos com as mesmas são reconhecidos em resultados durante o período de duração do contrato, os activos não deverão ser desreconhecidos do balanço e os veículos utilizados deverão ser consolidados pelas entidades que deles obtenham os benefícios económicos. Em POC, os ganhos obtidos foram reconhecidos no momento em que a operação foi realizada, para determinadas operações os activos foram desreconhecidos e os veículos utilizados nas operações não foram consolidados pelo facto de o Grupo não ter a maioria dos direitos de voto sobre o seu capital. Transacções de Sale and lease back. De acordo com os IFRS, os up-front fees recebidos em operações de cross boarder lease devem ser reconhecidos durante o período do contrato. De acordo com o PGAAP, estes ganhos são registados quando recebidos.

3. Benefícios de reforma

De acordo com as alternativas definidas pelo IFRS 1 relativamente ao registo dos benefícios de reforma, a Empresa passou: (1) a reconhecer em resultados apenas as perdas actuariais líquidas que excedem 10% do PBO, pelo período médio de vida laboral dos activos, em detrimento do reconhecimento da totalidade dessas perdas, por igual período, adoptado no POC, e (2) a reconhecer em resultados as obrigações da transição em 5 anos, em detrimento do reconhecimento pelo período médio de vida laboral dos activos adoptado no POC.

4. Distribuição de acções a empregados

De acordo com os IFRS, o custo inerente à distribuição de acções a empregados, a título de prémio ou bónus, é registado pelo justo valor em resultados no momento em que o Grupo assume essa responsabilidade. De acordo com o POC, a distribuição de acções a empregados é reconhecida directamente na situação líquida no momento em que a mesma é efectuada.

5. Provisões para reestruturação

De acordo com os IFRS, as provisões para reestruturação só podem ser registadas mediante o cumprimento de determinados requisitos, nomeadamente no que respeita à existência de planos aprovados pela administração, da razoabilidade da mensuração das obrigações e da probabilidade de ocorrência do pagamento, entre outros. De acordo com o POC, o registo de provisões para reestruturação obedece a critérios de prudência no registo de provisões.

6. Amortização do goodwill

De acordo com os IFRS, o goodwill gerado na aquisição de investimentos financeiros não é amortizado, sendo objecto de análise periódica de imparidade. De acordo com o POC, o goodwill é amortizado regularmente por resultados, sendo também objecto de análise periódica de imparidade. O IFRS 1 estabeleceu que para efeitos de aplicação desta regra a data de transição é 1 de Janeiro de 2004, pelo que o ajustamento efectuado compreende a reversão das amortizações efectuadas após essa data.

7. Amortização das licenças de telecomunicações

De acordo com os IFRS, as licenças de telecomunicações são amortizadas linearmente pelo respectivo período de vigência. De acordo com o POC, é permitida a utilização de diferentes metodologias de amortização, desde que as mesmas se mostrem mais adaptadas aos benefícios esperados das licenças.

8. Alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas

De acordo com os IFRS, o preço de compra de investimentos financeiros deve ser alocado ao justo valor dos activos e passivos adquiridos, a intangíveis não registados na empresa, e o remanescente a goodwill. De acordo com o POC, o valor excedente à proporção dos activos líquidos adquiridos não tem de ser alocado de acordo com os critérios estabelecidos nos IFRS, sendo usualmente registado como goodwill. O Grupo fez uso de uma excepção permitida pelo IFRS 1, tendo somente procedido à alocação do preço de compra de acordo com as regras estabelecidas no IFRS 3 nas aquisições efectuadas após 1 de Janeiro de 2004.

9. Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento

De acordo com os IFRS, as despesas de instalação são reconhecidas directamente em resultados no momento em que são incorridas. De acordo com o POC, as despesas de instalação deverão ser inicialmente reconhecidas como activo fixo incorpóreo e amortizadas linearmente por resultados.

De acordo com os IFRS, as despesas referentes à fase de investigação de um qualquer projecto são reconhecidas directamente em resultados quando incorridas, e as despesas referentes à fase de desenvolvimento podem ser inicialmente reconhecidas como um activo e amortizadas por um determinado período, desde que seja possível provar a existência de benefícios económicos futuros gerados pelo respectivo projecto. De acordo com o POC, as despesas de investigação e desenvolvimento podem ser inicialmente reconhecidas como activo fixo intangível e amortizadas por um determinado período, desde que o projecto a elas associado se tenha materializado.

10. Custos diferidos

De acordo com os IFRS, os custos diferidos relativos a despesas de formação, marketing e publicidade e melhoramentos de activos são reconhecidos em resultados quando incorridos. De acordo com o POC, estes custos podem ser inicialmente reconhecidos como activos e amortizados por um determinado período, desde que seja possível identificar benefícios futuros para a empresa.

11. Custos com a aquisição de clientes (SAC)

De acordo com os IFRS, os SAC são reconhecidos em resultados quando incorridos. Em alternativa, é permitido reconhecer os SAC como um activo fixo intangível e amortizar durante o período expectável de permanência do cliente na rede, desde que seja possível alocar a cada cliente o respectivo custo. Em POC, as duas alternativas são também possíveis, no entanto, o reconhecimento como activo requer unicamente que se prove a existência de benefícios futuros. Em IFRS, o Grupo optou por reconhecer os SAC em resultados quando os custos são incorridos.

12. Instrumentos financeiros

De acordo com os IFRS, os instrumentos financeiros detidos pelo Grupo são reconhecidos a valor de mercado, sendo a variação dos mesmos reconhecida em capitais próprios ou resultados, em função da existência ou não de cobertura contabilística de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito pelo IAS 39. Em POC, somente as variações no valor de mercados dos derivados que claramente não sejam identificáveis como de cobertura são reconhecidas em resultados.

13. Equity swaps sobre acções próprias

De acordo com os IFRS, os equity swaps sobre acções próprias reúnem os requisitos para serem reconhecidos como um passivo para aquisição efectiva das acções no momento inicial. Em POC, apenas é reconhecida uma provisão para os equity swaps, sempre que o seu valor de mercado seja negativo.

14. Empréstimos por obrigações convertíveis

De acordo com os IFRS, nos empréstimos por obrigações convertíveis emitidos pela empresa são reconhecidas inicialmente duas componentes: (1) o valor actual correspondente à dívida no passivo, e (2) o valor de mercado da opção de conversão directamente na situação líquida. Em cada momento, o passivo é registado pelo seu custo amortizado. Em POC, os empréstimos por obrigações convertíveis são reconhecidos directamente no passivo pelo seu valor nominal até à maturidade.

15. Reconhecimento da receita

De acordo com os IFRS, as receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos deverão ser alocadas a cada um dos seus componentes e reconhecidas separadamente de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes. Em POC, as receitas de produtos/serviços compostos são reconhecidas no momento da venda.

16. Investimentos financeiros (disponíveis para venda)

De acordo com os IFRS, os investimentos financeiros classificados para efeitos contabilísticos como disponíveis para venda são registados a valor de mercado, sendo a correspondente variação registada em capitais próprios; no momento da alienação, as variações acumuladas no valor de mercado devem ser transferidas para resultados. Em POC, estes investimentos financeiros são registados ao menor do custo de aquisição ou do valor de mercado, com as variações a serem registadas em resultados.

17. Reclassificações

De acordo com os IFRS, foram ainda efectuadas as seguintes principais reclassificações às demonstrações financeiras em POC:

- > As provisões para investimentos financeiros foram deduzidas ao valor do correspondente activo;
- > As provisões para activos fixos foram deduzidas ao correspondente valor do activo bruto;
- > Os subsídios ao investimento ainda não reconhecidos em resultados foram deduzidos aos correspondentes activos fixos;

- > Determinadas receitas operacionais passaram a ser registadas pelo valor bruto dos respectivos custos, e
- > O Goodwill gerado na aquisição de empresas associadas foi incluído no valor do investimento financeiro.

Tabela 29 – Reconciliação do Resultado Líquido

Milhões de euros	9M04
Resultado líquido de acordo com o POC	456.4
Obrigações com o desmantelamento de activos (1)	(1.0)
Transacções de sale and lease back (2)	(1.2)
Benefícios de reforma (3)	14.3
Distribuições de acções a empregados (4)	0.0
Provisões para reestruturação (5)	(1.8)
Amortização do goodwill (6)	64.7
Amortização das licenças de telecomunicações (7)	(13.5)
Alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas (8)	(0.8)
Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento (9)	(0.7)
Custos diferidos (10)	2.5
Custos com a aquisição de clientes (11)	5.4
Instrumentos financeiros (12)	25.9
Equity swaps sobre acções próprias (13)	(7.1)
Empréstimos por obrigações convertíveis (14)	(2.9)
Reconhecimento da receita (15)	0.5
Resultado líquido de acordo com as IFRS	540.7

Tabela 30 – Reconciliação do Capital Próprio

Milhões de euros	31 Dezembro 2004
Capital próprio antes de interesses minoritários em POC	2,704.8
Obrigações com o desmantelamento de activos (1)	(20.3)
Transacções de sale and lease back (2)	(37.7)
Benefícios de reforma (3)	26.4
Distribuições de acções a empregados (4)	0.0
Provisões para reestruturação (5)	4.2
Amortização do goodwill (6)	84.6
Amortização das licenças de telecomunicações (7)	(58.0)
Alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas (8)	(0.8)
Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento (9)	(24.1)
Custos diferidos (10)	(5.4)
Custos com a aquisição de clientes (11)	(18.4)
Instrumentos financeiros (12)	12.9
Equity swaps sobre acções próprias (13)	(189.8)
Empréstimos por obrigações convertíveis (14)	3.4
Reconhecimento da receita (15)	(6.5)
Investimentos financeiros (disponíveis para venda) (16)	2.9
Capital próprio antes de interesses minoritários em IFRS	2,478.3

Esta informação está também disponível no site da Relação com Investidores da PT em:
<http://ir.telecom.pt>

Detalhes para a Teleconferência:

Data: 2 de Novembro de 2005

Horário: 16:00 (Portugal/UK), 17:00 (CET), 11:00 (EUA/NY)

Números de Telefone:

Fora EUA: +1 201 689 8261

EUA e Canadá: 877 869 3847

Se não for possível a participação nesta data, o replay da teleconferência estará disponível durante uma semana através dos seguintes números:

Fora EUA: +1 201 612 7415 (Código: 3082, ID da Conferência: 167492)

EUA e Canadá: 877 660 6853 (Código: 3082, ID da Conferência: 167492)

Contactos: Zeinal Bava, Chief Financial Officer
zeinal.bava@telecom.pt

Francisco Nunes, Chief Accounting Officer
francisco.nunes@telecom.pt

Nuno Prego, Investor Relations Officer
nuno.prego@telecom.pt

Portugal Telecom
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800

A presente release contém objectivos acerca de eventos futuros, de acordo com o U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995. Tais objectivos não constituem factos ocorridos no passado, reflectindo apenas aspirações da comissão executiva da empresa. Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeia", e outros termos similares, visam identificar tais objectivos, os quais obviamente envolvem riscos ou incertezas, previstos ou não pela empresa. Os resultados futuros da actividade da empresa podem portanto diferir das actuais aspirações. Os objectivos contidos neste documento traduzem a opinião unicamente na data em que são definidos, não se obrigando a empresa a actualizá-los à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros.

A PT está cotada na Euronext e na New York Stock Exchange. Encontra-se disponível informação sobre a empresa na Reuters através dos códigos PTC.LS e PT e na Bloomberg através do código PTC PL.
